



Universidade Federal de Juiz de Fora  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

**Taís Borges Oliveira**

**METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS COMO ALTERNATIVAS AOS  
PROJETOS URBANOS TRADICIONAIS:**

O envolvimento social para transformação dos espaços públicos das cidades.

Monografia apresentada à Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade  
Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial  
para conclusão da disciplina Trabalho de  
Conclusão de Curso I.

Orientador: Prof. Douglas Montes Barbosa

Juiz de Fora  
Julho/ 2017

Dedico este trabalho à minha família, que sempre me incentivou a chegar até aqui.

## **Agradecimentos**

Agradeço a todos aqueles que me ajudaram no caminho para finalização desse trabalho. Primeiro, ao meu orientador, que com toda paciência do mundo conseguiu auxiliar uma ansiosa a chegar até o fim. Ao Hélio e à Cristina, por flexibilizarem meus horários de trabalho para que eu pudesse desenvolver esse projeto da melhor forma. À minha mãe, que tentava me ajudar sempre, apesar de não entender nada de arquitetura, mas que por fim pôde dar sua mãozinha com as correções de português. Aos amigos da faculdade, que mantiveram minha motivação e me proporcionaram leveza e felicidade durante todo o processo. Às minhas irmãs, por aguentarem o mau humor. À Porte Empresa Jr., por me ensinar sobre pessoas. E a cada um que passou pelo meu caminho e apesar de não saber, me proporcionou um sorriso ao longo de todo o tempo dedicado a esse trabalho.

*O que é uma cidade, senão as pessoas?*  
SHAKESPEARE

## **Resumo**

As cidades surgiram, cresceram e desenvolveram-se ao longo dos anos apoiadas num sistema desigual de construção, distribuição de território e pertencimento. Hoje, fica evidente a segregação socioespacial existente no meio urbano, que se reflete na limitação ao direito da cidade por grande parte da população. Nesse contexto, o espaço público urbano pode ser visto como potencial transformador para devolver a vitalidade das nossas cidades e possibilitar a construção do território urbano de forma mais democrática. Como importante ferramenta para a constituição do pertencimento à cidade, procurou-se aliar a temática dos espaços públicos com alternativas de metodologias projetuais. O projeto urbano tradicional há muito não tem atendido às reais necessidades dos cidadãos e as metodologias com viés participativo têm surgido como resposta a essa problemática. Buscou-se entender algumas dessas formas de se trabalhar a participação social através de estudos de casos de arquitetos, instituições e coletivos, que servirão de embasamento para uma proposta de projeto participativo no espaço público do bairro Santa Paula, em Juiz de Fora – MG, para o TCC II.

## **Palavras-chave**

Espaços Públicos. Projetos Participativos. Santa Paula.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>01</b>
<b>1. Urbanização e Segregação Socioespacial</b> .....	<b>03</b>
1.1. Processo de urbanização no Brasil .....	05
1.2. A formação dos assentamentos ilegais como consequência da urbanização	08
1.3. Os conflitos e contradições atuais da cidade capitalista .....	11
<b>2. Os espaços públicos na dinâmica da cidade</b> .....	<b>19</b>
2.1. Os espaços públicos .....	19
2.2. Porque trabalhar o espaço público.....	23
2.3. O projeto no espaço público.....	28
<b>3. Práticas em metodologias participativas</b> .....	<b>32</b>
3.1. Por que projeto participativo? .....	33
3.2. Alternativas e práticas de participação social.....	35
3.2.1. Rodolfo Livingston: Arquitetos de Família .....	35
3.2.2. Urbanismo colaborativo.....	40
3.2.2.1. Instituto Elos e Movimento Oásis .....	44
3.2.2.2. Apropriação do Largo da Batata, São Paulo .....	50
3.3. Uma síntese dos estudos de caso - ações e metodologias .....	58
<b>4. Bairro Santa Paula</b> .....	<b>61</b>
2.1. Escolha do Bairro Santa Paula.....	65
2.1.1. Características Urbanas .....	65
2.1.2. O uso do espaço público .....	72
2.2. Potenciais de Trabalho.....	77
<b>Considerações finais</b> .....	<b>79</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>80</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>85</b>

## Introdução

O presente Trabalho de Conclusão de Curso discorre sobre projetos participativos no âmbito dos espaços públicos. Essa temática surgiu primeiramente pela inquietação a respeito do direito à cidade que se manifesta de forma desigual nos dias de hoje. Entendendo os processos de formação e desenvolvimento das cidades, percebe-se com mais clareza as consequências sociais, territoriais e econômicas surgidas. O capítulo 01 apresenta essa abordagem, com enfoque na segregação socioespacial urbana, que se torna uma das principais evidências do crescimento nada igualitário das cidades e das suas populações residentes.

Com o questionamento posto, foram pensadas possibilidades, dentro do campo de atuação do profissional arquiteto e urbanista, de minimização ou contorno deste problema. O interesse pelo entendimento dos espaços livres e públicos dentro da cidade veio como uma dessas possibilidades de atuar de forma coletiva e atendendo a interesses populares, daqueles que no geral, ficavam à margem dos direitos e apropriação do espaço urbano. Os bons espaços públicos acabam por se configurar como importantes oportunidades de oferecer melhores condições de vida e retomada do direito e pertencimento à cidade por aqueles que se veem em posições menos privilegiadas dentro de toda a dinâmica urbana. O capítulo 02 trata desses espaços e dos seus potenciais de transformação de vida pública.

No capítulo 03, buscou-se entender a dificuldade de realização de projetos urbanos por parte do poder público, muito por consequência de processos mal trabalhados e influências de poderes. Os projetos urbanos tradicionais, com todas as suas deficiências, começam a ser questionados pelos próprios cidadãos. Surgem, assim, alternativas e ações que buscam transformar, construir e ocupar a cidade de forma mais democrática e participativa, sem depender necessariamente de apoio público, político ou sequer profissional. O capítulo 04 abrange algumas dessas iniciativas e metodologias de envolvimento participativo que servem de embasamento futuro para o projeto a ser feito no TCC II.

O último capítulo apresenta o contato com a área a ser trabalhada no próximo TCC: o bairro Santa Paula, em Juiz de Fora – MG. Apresenta-se uma análise empírica e perceptiva das características da comunidade, que se revela com um possível potencial de trabalho dentro desse viés: um espaço público subutilizado e mal cuidado e uma riqueza de lideranças, relações e articulação entre os próprios moradores de Santa Paula.

O intuito é no TCC II, com a construção de um projeto moldado na participação social e popular, poder ir além da simples melhoria do espaço físico, mas também modificar a realidade da população e do bairro. Como resultado, buscaria-se amplificar a vivência e vitalidade da área, ampliar a articulação entre os moradores e o empoderamento cidadão, trazendo um sentimento de responsabilidade e pertencimento para com o bairro e, conseqüentemente, com a cidade.

## 1. Urbanização e Segregação Socioespacial

A tentativa de definição do que é cidade é relevante para o início dos nossos estudos, mas também difícil. Os conceitos variam de acordo com a área de estudo, o ponto de vista, a época, e seus contextos sociais, econômicos e políticos. Recorrendo à literatura percebe-se que para geógrafos, urbanistas, sociólogos ou políticos, nos diversos períodos históricos, a cidade possui definições e interpretações distintas.

Santos (1993) por exemplo, geógrafo brasileiro, discorre sobre a cidade dentro da dualidade cidade x campo, em seus livros. Seu entendimento e discussão sobre o tema convergem, em muitos momentos, à comparação entre os aspectos da vida urbana e da vida rural, os processos de urbanização e as suas consequências para a agricultura, sociedade e para a complexidade do território urbano. Em seu livro “A Urbanização Brasileira”, ele aborda os resultados da urbanização no país e a formação das cidades, com seus dados demográficos, populacionais, territoriais, sociais e econômicos.

Perpassando pela história de conformação das cidades, também percebemos essa pluralidade de visões. Lefebvre (2001, p. 11) identifica: “a cidade ocidental e arcaica foi essencialmente política. A cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária”.

A dimensão econômica também está ligada ao surgimento das cidades. As concentrações de pessoas eram formadas a partir dos locais de troca e comércio de mercadorias. Harvey (2012), pelo viés econômico e mercantil, também entende que as cidades emergiram a partir da concentração social e geográfica do produto excedente.

Na sua dimensão política, a cidade é local de manifestação de poder e submissão. É um espaço de fluxo e movimento, e sua forma - artificial - é um produto humano. O trabalho de Robert Park passa pela compreensão da cultura e

da civilização dentro da sociedade. O sociólogo sempre direcionou seus esforços para entender o papel da cidade como espaço capaz de concentrar inúmeras manifestações culturais.

Rolnik (1995), urbanista brasileira, apresenta uma visão abrangente e social. Ela discorre sobre as várias facetas da cidade em seu livro “O que é cidade”, atentando-se para elencar as características comuns das cidades, independente dos fatores temporais e locacionais/territoriais. Segundo a autora, a cidade nasce a partir da sedentarização do homem, da sua necessidade de fixar-se. Ela está intrinsecamente ligada à vida social e possibilita o viver de forma coletiva, já que funciona como um ímã - um local de aglomeração humana e permanência. A cidade, além de território e espaço físico, é também repleta de símbolos e representa a memória e história da sociedade.

O sociólogo Pierre Bourdieu (2013) trata desse tema ao diferenciar, dentro das cidades, o espaço físico e o espaço social. A estrutura urbana, para ele, não pode ser reduzida à conformação físicas dos lugares, já que a apropriação humana e as hierarquias sociais são fatores primordiais para entendimento de todo processo de ocupação e vivência nas cidades.

Lefebvre (2001, p. 7), como filósofo, também traz uma abordagem sociológica. O autor afirma que a cidade é o laboratório do homem e que sempre teve relações com a sociedade através da sua composição, seu funcionamento e sua história. Dessa forma, a cidade muda quando a sociedade se modifica.

[a cidade é] a tentativa mais bem-sucedida do homem de reconstruir o mundo em que vive o mais próximo do seu desejo. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, doravante ela é o mundo onde ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem qualquer percepção clara da natureza da sua tarefa, ao construir a cidade o homem reconstruiu a si mesmo. (PARK, 1967, apud HARVEY, 2012).

Portanto, entende-se aqui a cidade como um território e local de aglomeração da população, permanente na história e formadora da memória coletiva. A cidade foi palco de desenvolvimento da sociedade, mas também de luta de classes e desigualdades sociais. Complexa, ela é ao mesmo tempo causa e consequência das relações sociais.

A cidade pode ser entendida simultaneamente como um processo e um fato,

sendo que para o arquiteto e urbanista, não é possível mais atuar sem entender tais nuances. O território urbano, suas relações físicas, sociais, econômicas e políticas, estão sempre interligados, e a consciência disso é fator primordial para intervir diretamente no espaço urbano.

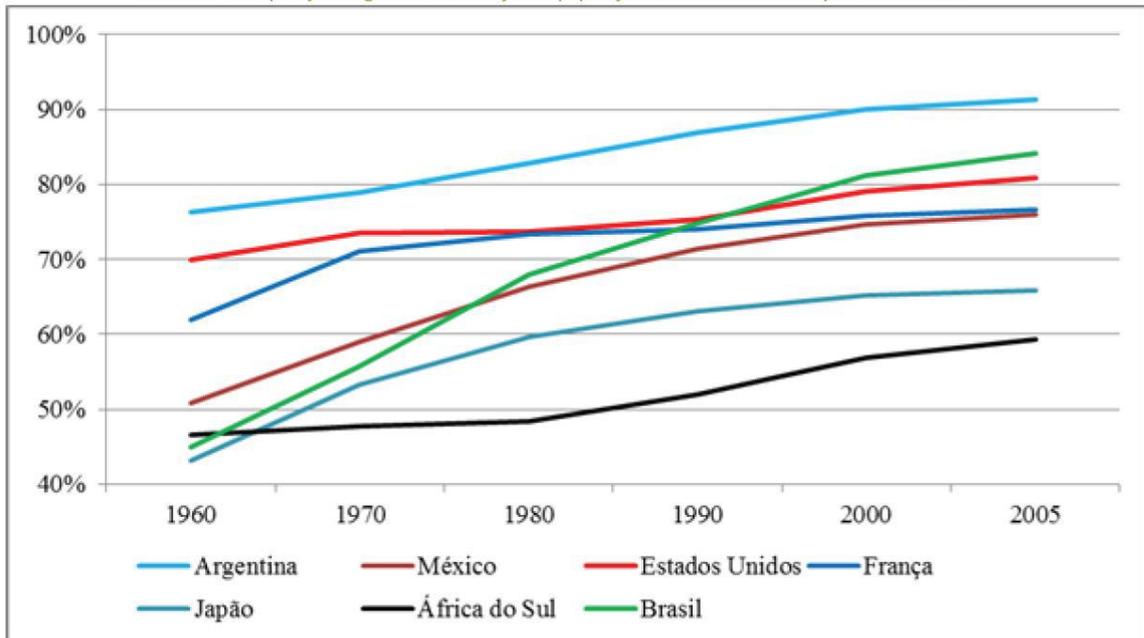
Entender essa complexidade fornece subsídios para a formulação de pressupostos para a atuação profissional do arquiteto e urbanista que são tratados na sequência desse trabalho. Para iniciar essa discussão, serão abordados neste capítulo aspectos das consequências da urbanização, com enfoque em aproximações sobre o espaço segregado e a desigualdade social e o direito à cidade, para que se possa entender a complexidade do problema e vislumbrar a atuação profissional que se faz necessária.

### **1.1. Processo de urbanização no Brasil**

De acordo com o censo de 2010, cerca de 85% da população brasileira é urbana (IBGE, 2010). Esse processo de urbanização, decorrente do deslocamento da população do espaço rural para as cidades, acentuou-se durante o século XX, em razão principalmente da industrialização, promovida mais intensamente por volta de 1950 pelos incentivos de governo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Entretanto, “o processo de urbanização da população brasileira apresenta peculiaridades espaço-temporais” (BRASIL, 2016). Apesar da urbanização dos países subdesenvolvidos terem ocorrido, de maneira geral, na mesma época e todas de uma forma explosiva e desordenada, o Brasil se destaca por ser um dos países em que esse êxodo ocorreu de forma mais rápida, levando menos de um século para se concretizar.

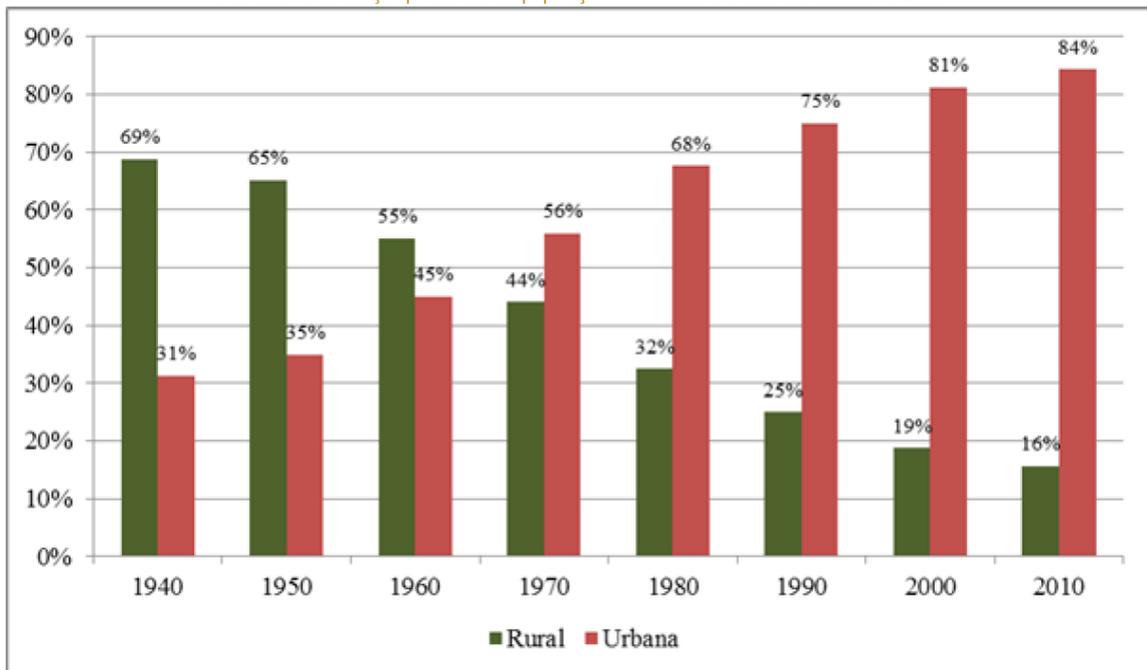
Gráfico 1 – Comparação do grau de urbanização da população brasileira com outros países 1960-2005



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de NATION MASTER, 2012.

Gráfico 1 – Comparação do grau de urbanização da população brasileira com outros países 1960-2005  
Fonte: BRASIL, 2016

Gráfico 2 – Distribuição percentual da população brasileira entre rural e urbana 1940-2010



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, 2012.

Gráfico 2 – Distribuição percentual da população brasileira entre rural e urbana 1940-2010  
Fonte: BRASIL, 2016.

Foi entre a década de 1960 e 1970 que, pela primeira vez, a população urbana brasileira superou a população rural. Além da industrialização, que

proporcionou o aumento de empregos em função do crescimento do número de indústrias nas cidades, outros fatores também contribuíram para esse processo, como a mecanização da agricultura e a concentração fundiária.

Ao mesmo tempo em que ocorria o processo de urbanização, entre as décadas de 1940 e 1980 o Brasil passou por um crescimento econômico que, apesar de gerar uma riqueza concentrada, foi responsável por uma melhoria de vida da população brasileira. Indicadores sociais como taxa de natalidade e mortalidade infantil se destacam pela evolução nessas décadas. Eles estão relacionados, principalmente, aos progressos sanitários, como extensão das redes de saneamento, melhoria relativa nos padrões de vida de acordo com taxas de escolaridade e saúde, por exemplo. (SANTOS, 1993, p. 31). Esse fenômeno, entretanto, não se dá de maneira homogênea.

a urbanização gera melhores indicadores de bem-estar para os moradores de centros urbanos em comparação com os habitantes das zonas rurais, pois desfrutam de maior oferta de bens públicos e rendas melhores. Essas forças do desenvolvimento econômico geram a migração do campo para a cidade, resultando nos graus de urbanização observados nas últimas décadas. (BID, 2011)

Pode-se então apontar a urbanização da sociedade como uma propulsora para a notável melhora da expectativa de vida e condições de saúde. Entretanto, segundo o BID (2011), como em outros países da América Latina, o crescimento da população urbana não resultou necessariamente em melhores condições de vida nas cidades. O processo veio na contramão dos indicadores urbanos de nossas cidades, retratados pelo aumento da desigualdade de renda, das taxas de desemprego e trabalho informal, além da violência e pobreza urbana (MARICATO, 2011).

Isso se explica pelo fato do desenvolvimento econômico e o rápido crescimento da população urbana, não ter sido acompanhado pelas cidades. O espaço urbano não conseguiu adaptar sua infraestrutura de maneira a receber essa grande demanda de forma satisfatória, gerando assim muitos problemas em âmbitos econômicos, políticos, sociais e ambientais.

(...) a urbanização brasileira se desdobrou com forte pressão sobre o solo, os equipamentos e os serviços urbanos de cidades que não tinham condições imediatas de atendimento às demandas sociais impostas. Cidades que, na realidade, já materializavam as desigualdades espaciais

(agregando as desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais) próprias da herança escravocrata e patrimonialista dos períodos colonial e monárquico, que pouco havia mudado durante a primeira fase republicana. Como resultado, as desigualdades espaciais se reforçaram com a chegada de mais habitantes, bem como com o tratamento dado pelas políticas públicas que tentaram dar solução à problemática, mas que acabaram por reforçá-la. (BRASIL, 2016)

A recessão das décadas de 1980 e 1990 contribuiu ainda mais para ampliar esse quadro de desigualdade socioespacial. O recuo de investimentos públicos e a crise brasileira agravam a pobreza e a desigualdade. Segundo Maricato (2011, p. 22) “Nessas décadas, conhecidas como ‘décadas perdidas’, a concentração da pobreza é urbana.”; e Santos (1993, p. 10) também pontua: “Por isso, a grande cidade, mais do que antes, é um pólo da pobreza”.

Mas a tragédia urbana brasileira, marcada pelos problemas ambientais, violência urbana e déficit habitacional, não pode ser considerada um produto apenas da intensificação do processo de urbanização e das décadas perdidas. Pois como indica Maricato (2011, p. 23), “tem suas raízes muito firmes em cinco séculos de formação da sociedade brasileira”, uma sociedade já tradicionalmente desigual.

Entretanto, a urbanização concentradora e o inchaço das cidades podem ser elencados como uns dos principais fatores para o cenário social e estrutura urbana que encontramos hoje.

## **1.2. A formação dos assentamentos ilegais como consequência da urbanização**

*“Vivemos progressivamente em áreas urbanas divididas e tendentes ao conflito”. David Harvey*

Essa urbanização rápida e desordenada, como visto, não teve um acompanhamento dos investimentos e desenvolvimento urbanos necessários. Isso acabou por levar a uma série de mudanças na organização socioespacial do país e a muitas consequências negativas que perpetuam até hoje.

No que tange ao aspecto físico das cidades brasileiras, temos, por exemplo, a deficiência no planejamento urbano em diferentes níveis, a falta de controle sob o

uso e ocupação do solo, e toda problemática relacionada ao desenho urbano, traçado, zoneamento e morfologia das cidades. Esse crescimento desordenado do meio urbano, por vezes, sem planejamento ou controle, levou a muitos problemas de ordem ambiental: a poluição, provocada pelo aumento do número de indústrias e a chegada dos automóveis; as enchentes, causadas pela impermeabilização do solo, desmatamento e geração de lixo; entre outras consequências.

Da mesma forma, o processo de urbanização, o inchamento populacional e a falta de controle sobre o solo contribuíram para a formação das periferias e das favelas brasileiras. Assim como Maricato (2011, p.39) indica que o processo de urbanização tornou-se uma “máquina de produzir favelas”, Santos pontua:

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial. (SANTOS, 1993, p. 10)

Fatores sociais, econômicos e culturais vêm ainda retroalimentar a formação desses espaços. Como diz Bourdieu (2013, p. 134) “Em uma sociedade hierarquizada, não existe espaço que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as diferenças sociais.”. Assim, mais do que um problema físico, as dificuldades urbanas encontradas nas nossas cidades, perpassam por questões sociais bem mais complexas.

Santos (1993, p. 113) defende que “É um equívoco pensar que problemas urbanos podem ser resolvidos sem solução da problemática social. É esta que comanda e não o contrário.”. Dessa forma, percebemos que quando o deslocamento populacional nesse curto espaço de tempo não foi acompanhado do crescimento homogêneo de ofertas de terras e emprego, obrigou aos que possuíam menores condições financeiras a se alojarem naquele pedaço territorial desvalorizado pelas pessoas de maior poder - os morros, os locais inadequados à ocupação, ou as bordas da cidade.

Sem opções, essas pessoas tornaram-se marginalizadas na sociedade, tendo de recorrer à ocupação de áreas irregulares para garantir condições mínimas de moradia. Assim, nossas favelas e periferias são também uma imagem da

desigualdade socioeconômica das cidades, além de contribuir ainda mais para seu agravamento. “Quando os ocupantes não conseguem contar com o poder público municipal para cumprir o direito à moradia e à infra-estrutura, eles buscam alternativas que viabilizem de alguma forma as suas condições de sobrevivência no espaço urbano.” (ABREU, 2010, p. 150)

[...] grandes aglomerados urbanos se proliferaram, caracterizados pela irregularidade fundiária, pela deficiência na cobertura dos serviços de saneamento, pela degradação ambiental e pela concentração de classes de menor poder aquisitivo em assentamentos humanos precários localizados em áreas de risco ou nas periferias das grandes cidades. Este cenário tem contribuído para que parte da população brasileira ainda permaneça com atendimento deficiente. (BRASIL, 2016)

Como indicado, na década de 1980, o processo de crescimento das periferias tornou-se mais acelerado e os investimentos públicos foram ainda mais reduzidos, e a precariedade das condições de vida foi acentuada, além da incapacidade do Estado em oferecer necessidades básicas à grande parte da população.

O quadro de desigualdade, marcado pelas favelas nas cidades brasileiras, ressalta a divergência de atuação e investimento do poder público na nossa malha urbana.

Criaram, por um lado, áreas privilegiadas, com parâmetros urbanísticos e oferecimento de equipamentos e serviços urbanos comparáveis aos países de economia mais desenvolvida. De outro, zonas entregues à violência e ao descaso dos gestores públicos. Um verdadeiro paradoxo concreto entre uma cidade legal e uma cidade ilegal que, muitas vezes, avizinham-se no território. (BRASIL, 2016)

A explosão demográfica urbana levou a outra consequência muito presente em nossas cidades: a violência urbana. Causada pela falta de empregos, pela expansão da pobreza e pela desigualdade social.

As áreas mais violentas são aquelas em que predomina uma conjunção de determinados indicadores: baixa renda, baixa taxa de escolaridade, maior proporção de negros entre os moradores, maior taxa de desemprego, maior número de moradores de favelas, piores condições de moradia e urbanísticas (MARICATO, 2011, p. 34)

Todos esses problemas surgidos a partir da urbanização descontrolada estão entrelaçados. Um alimenta e é condição para o outro. Tratar um deles separadamente não é possível e nem seria suficiente para a melhoria da qualidade de vida e para gerar uma estrutura urbana mais igualitária.

### 1.3. Os conflitos e contradições atuais da cidade capitalista

*“Como se distribuem, na cidade, as pessoas, segundo as classes e os níveis de renda? Quais as consequências da marginalização e da segregação? Quais os problemas da habitação e da mobilidade, da educação e da saúde, do lazer e da seguridade social?” - Milton Santos*

Entendemos que a desigualdade de territórios, acessos, serviços e qualidade de vida é algo que já vem sendo construído desde meados do século XX, a partir do princípio da formação das cidades e urbanização da população. Entretanto, passados já quase 70 anos, essa situação e exclusão socioespacial das camadas de mais baixa renda ainda persiste, e ainda pior, agravada por outros fatores que se desenvolveram ao longo dos anos e contribuíram significativamente para a construção desse quadro. Ainda não conseguimos superar a desigualdade social no território urbano, e devemos entender como ela persiste até hoje.

Primeiramente, precisamos questionar sobre o que é de fato a segregação socioespacial. Rolnik (1995, p. 42) define a segregação espacial como o movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano. Ela é expressa na separação dos locais de trabalho e de moradia, na divisão territorial conforme a classe, raça ou faixa etária dos cidadãos, por exemplo. “É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores” (ROLNIK, 1995, p. 41). A segregação, segundo a autora, é a manifestação da desigualdade territorial, funcional, social e inclusive de tratamento por parte da administração pública.

Bourdieu (2013) contribui para esse entendimento ao tratar dos espaços sociais, já que o local ocupado por uma pessoa na cidade constitui um indicador de sua posição social. Esses espaços sociais, segundo o autor, são a representação da segregação tanto física quanto social, onde o poder é exercido e onde se exerce a violência simbólica aos direitos de liberdade. Para ele, “*segregação social* [...] é simultaneamente causa e efeito da posse exclusiva de um espaço e dos equipamentos necessários ao grupo que o ocupa, e à sua reprodução.” (BOURDIEU, 2013, p. 138).

Podemos compreender a segregação socioespacial, então, como a delimitação, física ou não, de áreas e zonas da cidade, de acordo com critérios sociais específicos. Ela leva à restrição da possibilidade de acesso e pertencimento

a determinado local de acordo com a condição social dos cidadãos. Essa segregação é a consolidação e a representação da fragmentação do território, uma reprodução da desigualdade social urbana.

Autores como Rolnik (1995) defendem que a cidade capitalista é o cenário para esse tipo de processo, já que seu desenvolvimento foi marcado por fatores já citados que contribuem para a manutenção do quadro de desigualdade e segregação: “a privatização de terra e da moradia, a segregação espacial, a intervenção reguladora do Estado, a luta pelo espaço.” (Rolnik, 1995, p.71). Kazuo Nakano, urbanista brasileiro, também entende que a vulnerabilidade das nossas cidades e a definição dessas condições estão totalmente relacionadas à nossa forma de urbanização e desenvolvimento.

Esse padrão de urbanização promoveu “formas excludentes de uso e ocupação do solo urbano, que segregam os locais de moradias dos grupos de alta, média e baixa renda.” (NAKANO, 2010). O desenvolvimento dos assentamentos precários, favelas e periferias são a melhor imagem representativa da desigualdade social e suas existências contribuem para a perpetuação da mesma.

Esses assentamentos constituem no arranjo urbano uma cidade ilegal, informal e invisível. São construídos em terras invadidas, não são cadastrados ou regularizados e a aplicação da legislação urbanística não ocorre. A manutenção e o investimento por parte do poder público são deficientes e o transporte precário torna-os ainda mais isolados e conformam um verdadeiro exílio. (MARICATO, 2011)

Como parte das regras do jogo, a ocupação de terras urbanas tem sido permitida. O Estado não tem exercido, como manda a lei, o poder de polícia. A realidade urbana é prova insofismável disso. (...) Parece que tudo pode desde que não afronte as áreas valorizadas pelo mercado. Aí a lei se aplica. (MARICATO, 2011, p. 157)

Cada vez mais, essa cidade informal vem crescendo e se expandindo, deixando de ser um exemplo de exceção à cidade real. De acordo com Maricato (2011, p. 39), “O número de imóveis ilegais na maior parte das grandes cidades é tão grande que (...) a cidade legal (cuja produção é hegemônica e capitalista) caminha para ser, cada vez mais, espaço da minoria”.

É importante compreender que a construção das cidades veio sendo feita de

forma ilegal ao longo de todos esses anos, e não podemos desconsiderar esse fato quando tentamos entender o território e dinâmica urbana. Apesar do surgimento espontâneo da segregação socioespacial e o aparecimento da cidade legal e ilegal, decorrente do processo de urbanização, Nakano (2010) defende que o desenvolvimento do processo não pode ser visto como um fenômeno natural e inevitável. Atualmente, a dinâmica de formação que historicamente deu origem a esse quadro do território urbano dividido, segue sendo sustentado pelo meio político, econômico e cultural hegemônico das nossas cidades.

Segundo Corrêa (1995), a situação territorial dividida é uma projeção das forças e dos principais agentes de construção da cidade: os proprietários do meio de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o Estado. De acordo com o autor, os grupos sociais excluídos também constroem a cidade, mas se tornam agentes modeladores através da produção de seu próprio espaço - nesse caso, a favela. Assim, eles não têm voz nem interferem na dinâmica construtiva da cidade legal. O que podemos entender então é que a produção da cidade formal pode ser vista principalmente, como um reflexo e consequência do interesse do capital imobiliário e dos poderes daqueles que controlam a cidade e o território urbano.

A própria localização da cidade informal nos mostra esse interesse imobiliário atuando no espaço urbano desde o início. Como coloca Maricato, “As novas favelas e loteamentos ilegais surgem nas terras vazias desprezadas pelo mercado imobiliário privado. Não é por outro motivo que as favelas se multiplicam em áreas públicas, áreas ambientalmente frágeis (...) [como] nas beiras dos córregos” (MARICATO, 2011, p. 83). De acordo com a autora, a produção capitalista especulativa, aliada à falta de alternativas habitacionais foram o que levaram às ocupações territorialmente desfavoráveis. Essas ocupações se sustentam, entretanto, até o momento em que aquela área se torna passível de valorização, que é quando os moradores iniciais são expulsos e a área tratada para receber uma nova classe de usuários. Isso faz com que as pessoas saiam e migrem para outro local de moradia, fechando um ciclo de interesse e desinteresse, expulsão e formação de locais de moradia inadequados, já que as pessoas expulsas continuam sem ter como arcar com o preço da terra e condições dignas de moradia e infraestrutura.

A atuação do governo é outro fator que interfere diretamente na manutenção desse quadro. Entretanto, sua atuação segue as forças de mercado. O poder público oferece às áreas centrais, às áreas de interesse do mercado imobiliário e onde se concentram as populações de renda mais alta, maiores condições e privilégios. As áreas que necessitam de uma maior intervenção do Estado são as que menos recebem esse tipo de investimento. Santos defende esse posicionamento de que os recursos públicos “são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais.” (SANTOS, 1993, p. 96)

As práticas públicas de planejamento e gestão não atuam em prol do interesse público e facilitam a atuação do mercado imobiliário, principalmente. (NAKANO, 2010). As intervenções urbanas, na maioria das vezes, têm como proposta a criação de oportunidades para o mercado imobiliário. Essa forma de atuação do Estado gera e agrava a invisibilidade e descaso para/com a cidade ilegal. Como diz Maricato (2011, p.70) a “cidade [legal] é objeto, por incrível que pareça, de maiores investimentos públicos.”, onde na verdade deveria haver a democratização dos investimentos públicos na cidade.

Há uma correlação direta entre o investimento público e o mercado fundiário/imobiliário, como mostra uma vasta bibliografia, a exemplo de Villaça, 1999. De um modo geral, os investimentos públicos municipais feitos nas capitais brasileiras (uma regra que é comum a todo o universo urbano) são regressivos. Eles alimentam o mercado imobiliário restrito e especulativo ao invés de ampliar as oportunidades de localizações, condição, dentre outras, para a democratização do acesso à cidade. A deterioração de determinados territórios urbanos e a valorização de outros respondem a uma conjunção de interesses que buscam a captação de renda imobiliária e do lucro de construção (este, especialmente nas obras de construção pesada). Os governos estaduais e municipais, capturados por esses agentes, orientam a dinâmica urbana por meio de obras que não obedecem a nenhum plano explícito. Essa é a marca de um ‘desenvolvimento’ urbano dominado pelos interesses privados rentistas e lucrativos, de um lado, e pela ignorância em relação ao assentamento da maior parte da população, de outro. (MARICATO, 2011, p. 134)

Deveria haver, por parte do poder público, um controle e regulamentação da especulação imobiliária e territorial gerada pela força do capital na cidade. A preocupação que deveria estar voltada para conter o avanço dos interesses imobiliários e fundiários, volta-se na verdade para a facilitação do seu desenvolvimento. “É preciso regular as forças do mercado para evitar ataques especulativos e ampliar ao máximo o acesso ao solo adequado das cidades” (NAKANO, 2010).

[Para que as cidades] operem num rumo com mais inclusão social, democracia e sustentabilidade, nós precisamos de mais políticas públicas, processos de planejamento e gestão territorial conduzidos por Estados que não estejam capturados pela lógica patrimonialista e clientelista que favorece interesses privados minoritários. (NAKANO, 2010)

Num nível mais próximo do cotidiano, podemos analisar a disponibilização de serviços de manutenção urbana, como pavimentação, saneamento, energia, limpeza e segurança, que são insuficientes nos assentamentos ilegais. A manutenção das condições de vida pública é outra interferência do mercado para o agravamento do quadro de segregação e desigualdade territorial.

Esse diferente tipo de tratamento por parte do governo contribui ativamente para a manutenção do quadro existente e acentua a discriminação de serviços em cada fragmento da cidade. Rolnik (1995) acrescenta:

Existem, por exemplo, setores da cidade onde o lixo é recolhido duas ou mais vezes por dia; outros, uma vez por semana; outros, ainda, onde o lixo, ao invés de recolhido, é despejado. As imensas periferias sem água, luz ou esgoto são evidências claras desta política discriminatória por parte do poder público, um dos fortes elementos produtores da segregação. (ROLNIK, 1995, p. 42)

A disponibilidade de equipamento de uso público é outra questão. Segundo Maricato, (2011, p. 159), embora os equipamentos sociais públicos se concentrem nos bairros de baixa renda, sua manutenção é sofrível. Problemas de mobilidade e transporte público também são latentes e tornam-se ainda mais danosos face ao crescimento das cidades ao longo dos anos. A condição de mobilidade “ajuda a consolidar a tese de que a vida na periferia urbana constitui um exílio” (MARICATO, 2001, p. 35).

As carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano. A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias. E isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro círculo vicioso. (SANTOS, 1993, p. 96)

Rolnik (1995) defende que a valorização ou desvalorização de uma área depende diretamente de investimentos, sejam públicos ou privados. As grandes intervenções urbanas, por exemplo, têm impacto direto no mercado imobiliário. A definição do investimento público, seja em infraestrutura urbana ou equipamentos

públicos, produz o espaço e a área valorizada, e são por esse motivo, importantes oportunidades para o mercado da construção e de imóveis. Isso ressalta ainda mais o motivo das empreiteiras e mercados imobiliários serem uma importante peça na dinâmica de poderes da cidade.

O investimento público torna-se então, um dos fatores que alimenta diretamente a especulação, o poder e o mercado imobiliário, como coloca Maricato:

Em lugar de priorizar o caráter público e social dos investimentos municipais em uma cidade com gigantescas carências, a prefeitura o fez de acordo com interesses privados, em especial de empreiteiras, de agentes do mercado imobiliário e dos chamados formadores de opinião pública. (...) Não se trata apenas, simplesmente, de perseguir a melhoria dos bairros de melhor renda, mas, principalmente, de investir segundo a lógica do mercado imobiliário. Trata-se de uma lógica de valorização de terrenos e imóveis a partir dos investimentos públicos, alimentando os investimentos privados, a especulação e conseqüentemente o aumento dos preços de terrenos e imóveis. (MARICATO, 2011 p. 160)

A concentração de poder ainda se faz presente como diz Maricato: “A gestão urbana e os investimentos públicos aprofundam a concentração de renda e a desigualdade.” (MARICATO, 2011, p. 159). A cidade capitalista gera e rejeita o território popular precário, ao mesmo tempo. Esse caráter contraditório é uma fonte para a violência urbana, conflitos e lutas sociais (ROLNIK, 1995, p. 81-82). Toda a segregação, heterogeneidade e desigualdade convertem-se, por fim, na definição de quem tem o direito à cidade.

Assim, a condição de moradores na “não cidade” interliga-se diretamente à possibilidade de usufruir do direito à cidade. O Estatuto da Cidade, instrumento inserido na legislação brasileira em 2001, foi conformado com o intuito de organizar esses direitos coletivos à cidade:

garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2002, p. 17)

Harvey e Lefebvre defendem que o direito à cidade é a possibilidade de construção conjunta do nosso espaço urbano, que não ocorre de maneira igualitária entre todos. “O direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto.” (HARVEY,

2012, p. 87)

Harvey (2012) ainda reforça que o direito à cidade está pautado na possibilidade e liberdade individual de cada cidadão de acessar igualmente os recursos e direitos urbanos, de forma plena, sem barreiras e/ou preconceitos econômicos e sociais. Bourdieu (2013) pontua também que usufruir e apropriar-se dos espaços na cidade, converge para a possibilidade de possuir capital econômico, cultural e social; o que fere diretamente o entendimento de direito pleno à cidade.

A dimensão da desigualdade social no Brasil marca todos os momentos da vida nacional. Marca também e fortemente, o ambiente construído. Garantir o direito à cidade para a população mais pobre já seria um desafio. O espaço que a ela corresponde é o da 'não cidade', ou seja, dos bairros de urbanização incompleta, ilegal, sem mobilidade, etc. (MARICATO, 2011, p. 144)

Nakano (2010), diz que as favelas e os grandes bairros periféricos são a marca da precariedade e vulnerabilidade urbana à qual os moradores estão sujeitos. Essas áreas e regiões são o reflexo das condições de vida dos moradores e é o que nos faz perceber como essas pessoas sofrem “violações diárias do direito à cidade”.

A deficiência do desenvolvimento urbano e do direito à cidade passa, como vimos, por questões fundiárias e imobiliárias, jogos de poder e valorização urbana, e o direcionamento do poder do Estado. Harvey (2012) salienta que “vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito”.

Uma das melhores soluções, apontadas por Maricato (2011), estaria no planejamento urbano eficiente. Entretanto, essa solução já se impõe com um limitador, já que “planejamento é competência do Estado e este é a expressão das classes dominantes, daí a impossibilidade do planejamento democrático e igualitário. (MARICATO, 2011, p. 48)

A planificação urbana, entretanto, é, sobretudo, voltada para os aspectos da cidade cujo tratamento agrava os problemas, em vez de resolvê-los, ainda que à primeira vista possa ficar a impressão de resultado positivo. Trata-se de planificação sobretudo técnica, preocupada com aspectos singulares e não com a problemática global, planificação mais voltada para o chamado desenvolvimento econômico, quando o que se necessita é de uma planificação sociopolítica que esteja de um lado preocupada com a distribuição dos recursos sociais, e, de outro, consagre os instrumentos políticos de controle social, capazes de assegurar a cidadania plena. Um plano diretor não pode contentar-se em ser apenas uma disciplina de

crescimento físico ou da dotação de serviços, mas deve incluir uma clara preocupação com a dinâmica global da cidade, buscando orientá-la no interesse das maiores. (SANTOS, 1993, p. 113-114)

O Estado é o elo essencial para acabar com as violações do direito à cidade, já que sua responsabilidade perpassa pela maioria das causas apontadas e apresenta-se como um dos principais agentes de construção e produção do espaço urbano. Driblar a interferência de interesses também é fundamental nesse processo. E para incluir as pessoas espacial e socialmente discriminadas da nossa cidade, é preciso “promover uma reconfiguração estrutural dos seus territórios, integrando as esferas políticas, econômicas, culturais e materiais da vida urbana” (NAKANO, 2010)

O mais importante seria que essas discussões e soluções a respeito da desigualdade, segregação e direito à cidade se concretizassem. Pois como pontua Nakano (2010):

[O espaço urbano deve ser produzido com] maior equidade, justiça social, fortalecimento democrático e sustentabilidade. O efetivo direito à cidade precisa de um Estado forte, com estrutura institucional e capacidade técnica para a formulação e implementação de políticas públicas verdadeiramente democráticas e com estreita integração intersetorial. (NAKANO, 2010).

## **2. Os espaços públicos na dinâmica da cidade**

Como abordado no capítulo anterior, é no espaço urbano que toda a manifestação da segregação e exclusão socioespacial ocorre. Nakano (2010) defende que uma das formas de intervir a favor da inclusão e do direito à cidade é atuando na produção do espaço urbano, com maior equidade e democracia.

O modo como [a cidade] é construída e, principalmente, o modo como a cidade é apropriada, é reflexo da sociedade em que está inserida e das possibilidades que lhe são dadas a partir das características de seu espaço urbano. (ZABOTTI, 2016i)

Partindo desse posicionamento, observa-se a importância que os espaços públicos urbanos adquirem nessa discussão. Para contextualizar, abordaremos primeiramente o entendimento e o conceito que espaço público pode adquirir de acordo com determinado autor. No geral, perceberemos que apesar das distinções, esse termo assume significado semelhante.

### **2.1. Os espaços públicos**

Hertzberger (1999) discute sobre a dualidade dos conceitos “público” e “privado”, que para ele podem ser interpretados como a tradução dos termos espaciais “coletivo” e “individual”. “Num sentido mais absoluto, podemos dizer: pública é uma área acessível a todos a qualquer momento; a responsabilidade por sua manutenção é assumida coletivamente.” (HERTZBERGER, 1999, p. 12).

Richard Rogers (em GEHL, 2013), Jan Gehl e Jaime Lerner entendem o espaço público de maneira semelhante, apesar de não trazerem uma definição precisa. O espaço público para eles é visto como aquele espaço de domínio público da cidade, espaços abertos e livres, acessíveis a todos os cidadãos e onde a vida urbana se desenvolve, em sua maioria, manifestada principalmente na forma física de ruas, praças e parques.

Em termos gerais, espaços públicos são áreas oferecidas pela cidade, com infraestrutura e manutenção públicas, acesso irrestrito e voltadas para o lazer, descanso, deslocamento, encontros e formação cultural de uma população. Proporcionam o convívio diverso de pessoas e ensinam questões básicas de convivência, compartilhamento, cuidado com o próximo, com a natureza, com a cidade e os bens comuns. (ZABOTTI, 2016)

Beretta e Andrade (2015) trazem o conceito de espaço livre urbano de Magnoli, que se enquadra bem ao que está sendo estudado aqui: “Pode-se definir os espaços livres urbanos como os espaços não ocupados por edificações e ao ar livre.” São exemplos as ruas, calçadas e avenidas, praças e parques, rios, matas, praias; que são inclusive responsáveis pelo maior percentual dos solos nas cidades. Os espaços livres, para os autores, podem ser basicamente entendidos como espaços vazios.

Entretanto, os espaços livres na cidade podem ser de ordem pública ou particular, e para o nosso caso é interessante destacar essa diferenciação que Beretta e Andrade (2015) fazem. Elas chamam, assim, os espaços públicos, não só os que são de propriedade pública, mas todos aqueles abertos e de livre acesso aos usuários.

Alguns outros autores defendem também a ideia dos espaços públicos como edificações e outras formas urbanas que estão sob domínio público e acesso irrestrito, como prefeituras, hospitais, fóruns; além dos espaços livres. Para esse trabalho, entretanto, não vamos nos ater a essa variante. Entenderemos o espaço público como sendo aquele espaço urbano livre, aberto, coletivo, e acessível a todos.

A importância dos espaços livres e públicos nas cidades é percebida inclusive na Lei de Parcelamento do Solo de Juiz de Fora (Lei n.º 6908, 1986), ao regulamentar o processo de loteamento e indicar a obrigatoriedade de destinação de porcentagem do projeto para áreas e espaços livres de uso público:

Art. 10 - Da área total objeto do projeto de loteamento serão destinadas áreas para uso público que, em conformidade com as diretrizes e a localização determinadas pela Prefeitura, após anuência da Comissão Municipal de Uso e Ocupação do Solo, correspondam, no mínimo, a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba loteada, sendo 15% (quinze por cento), no mínimo dessas áreas, destinadas exclusivamente a equipamentos comunitários e áreas livres de uso público. (JUIZ DE FORA, 1986)

Jan Gehl (2013), um autor atento a esta temática, nos traz a reflexão sobre a importância do espaço público através da dimensão humana das cidades. Para ele, o que a cidade tem de mais importante são os espaços públicos e sua dimensão humana que possibilita o encontro e a vivência da cidade. Para ele, “A rua, os caminhos para pedestres, a praça e o parque são a gramática da cidade; fornecem a estrutura que permite às cidades nascer, estimular e acomodar diversas atividades” (Richard Rogers, em GEHL, 2013, p. XI).

O autor entende que reforçar a vida na cidade é justamente fortalecer as atividades sociais no espaço urbano. As cidades convidativas são aquelas que oferecem o espaço público adequado para a ocorrência da vida urbana. Para ele, desenvolver as cidades é justamente definir como prioridade a dimensão humana e o encontro entre as pessoas. “(...) o que a cidade viva realmente precisa é uma combinação de espaços públicos bons e convidativos e certa massa crítica de pessoas que queiram utilizá-los.” (GEHL, 2013, p. 68).

Esse posicionamento a favor da prioridade da dimensão humana e do espaço público defendidos por Gehl e outros autores contemporâneos é uma retomada da consciência da importância do espaço público como manifestação da vida social das cidades, que vem acontecendo nas últimas décadas.

Nos tempos antigos, os espaços públicos eram palco da manifestação da vida política de uma sociedade. Segundo Beretta e Andrade (2015), eles eram na antiguidade, “espaços de grande valor para a cidade e para a efervescência da esfera pública.”. Isso teve início desde a Polis (cidade-estado) grega, que tinha na sua conformação a Ágora, um espaço público e aberto, próximo às edificações públicas, e onde se davam as trocas comerciais, as assembleias populares e a vida política das cidades. Nessa época, a vida urbana era manifestada com muita intensidade nos espaços públicos da cidade.

A dimensão humana e o espaço público acabaram por serem deixados de lado posteriormente, quando outras questões ganharam força e se colocaram como prioridade. Um marco nessa mudança de posicionamento de arquitetos e urbanistas foi a ideologia modernista de planejamento, onde a preocupação com o tráfego de automóveis, a concentração de usos e a prioridade dada às edificações como

protagonista em detrimento dos espaços comuns da cidade se difundiu com facilidade e contribuíram significativamente para o esvaziamento das cidades e dos espaços públicos. (JACOBS, 2011) “A tradicional função do espaço da cidade como local de encontro e fórum social para os moradores foi reduzida, ameaçada ou progressivamente descartada”. (GEHL, 2013, p. 3).

O espaço público foi tomado pelo automóvel e se tornou submisso aos interesses do capital imobiliário. O aumento do tráfego interferiu consideravelmente na transformação das funções tradicionais do espaço da cidade. Gehl (2013) exemplifica que, quando o tráfego não é predominante, podemos perceber como essas funções do espaço urbano de “ponto de encontro, local de comércio e espaço de conexão continuam em equilíbrio.” (GEHL, 2013, p. 215)

Além da ideologia modernista e o aumento do tráfego de automóveis, outras características e manifestações da sociedade atual são apontadas como contribuintes para o esvaziamento dos nossos espaços livres públicos. Beretta e Andrade destacam, por exemplo, a individualidade e o particular se sobressaindo ao coletivo e ao público. Assim, as áreas públicas urbanas ainda não atingem toda a essência e vitalidade que lhes pertence. Caberia aos projetos urbanos reivindicar a estratégia e o papel dos espaços livres públicos.

As redes sociais, a internet e os shopping centers, assim como a insegurança e o descuido dos espaços públicos, retiraram parte das pessoas das ruas e das praças de nossas cidades. Contudo, espaços públicos ainda são representativos da vida urbana que se faz presente, e são os únicos lugares onde a vida coletiva, sem distinção de raça e classe social, permanece inalterada.” (GATTI, 2013, p. 8)

Entretanto, estamos caminhando para essa mudança de paradigmas. Em 2013, a ONU-Habitat reconheceu a importância dos espaços públicos adequados e bem planejados como características das cidades prósperas atuais. Os parques e as praças tiveram um lugar de destaque quando a discussão girava em torno da qualidade de vida dos moradores.

A corrente que defende as cidades como objetivo de atender as pessoas chega com força, e defendida pela maioria dos urbanistas atuais. Criar condições melhores para pedestres e ciclistas e reduzir a prioridade dos automóveis são iniciativas que se expandiram muito nos últimos anos.

A qualidade de vida de uma cidade é, e sempre será, medida pela dimensão da vida coletiva que é expressa nos seus espaços públicos dispostos democraticamente pela cidade, seja no parque, na praça, na praia ou mesmo na rua. O espaço público de uma cidade é o lugar do lazer, do descanso, da conversa corriqueira, da livre circulação, da troca e, sobretudo, da possibilidade do encontro com o outro. (GATTI, 2013, p. 8).

## 2.2. Porque trabalhar o espaço público

Podemos citar algumas características do espaço público que o colocam como um local em potencial para o arquiteto e urbanista que deseja atingir o coletivo de maneira ainda mais ampla e modificar a vida dos cidadãos num âmbito de bem estar comum.

Destacamos, primeiramente, o que já vem sendo discutido acima, o espaço público como local do encontro, da manifestação da vida urbana e fonte da vitalidade das cidades. Segunda Beretta e Andrade (2015), eles não só são importantes, como são as peças-chave para o desenvolvimento da sociabilidade e da vida pública dos moradores urbanos.

As cidades são locais onde as pessoas se encontram para trocar ideias, comprar e vender, ou simplesmente relaxar e se divertir. O domínio público de uma cidade - suas ruas, praças e parques - é o palco e o catalisador dessas atividades. (ROGERS, in GEHL, 2013, p. XI)

Um artigo escrito por Saboya (2016) para o ArchDaily, destaca e explica o que seria então essa vitalidade urbana, na qual esses espaços livres e coletivos da cidade influenciam tanto. Segundo Saboya:

Vitalidade urbana refere-se à vida nas ruas, praças, passeios e demais espaços públicos abertos. Mais especificamente, dizemos que um lugar possui vitalidade quando há pessoas usando seus espaços: caminhando, indo e vindo de seus afazeres diários ou eventuais; interagindo, conversando, encontrando-se; olhando a paisagem e as outras pessoas; divertindo-se das mais variadas maneiras e nos mais diversos locais; brincando, especialmente em parques e praças, mas também na rua; e assistindo apresentações artísticas, especialmente as informais e improvisadas, entre outras manifestações. Inclui também toda uma gama de atividades relacionadas às trocas comerciais, tais como entrar e sair de lojas, perguntar e pesquisar preços, olhar vitrines, comprar, pechinchar, etc. Quando acontece informalmente no próprio espaço público, como é o caso de camelôs e barraquinhas de venda de comidas, a própria atividade comercial é parte da vitalidade urbana. Em suma, a vitalidade urbana pode ser entendida como a alta intensidade, frequência e riqueza de apropriação do espaço público, bem como à interação deste com as atividades que acontecem dentro das edificações. (SABOYA, 2016).

Percebemos, assim que esse espaço público possibilita o encontro das mais diversas maneiras. Essa é a característica plural que esses tipos de espaços assumem. Dentro da dinâmica da cidade, podemos atribuir aos espaços públicos várias funções distintas, mas que podem coexistir num mesmo local: comercial, “de lazer, de contemplação, esportiva, ecológica, sociocultural e recreativa.” (BERETTA e ANDRADE, 2015).

E para que esses encontros ocorram, para que a cidade se torne viva, parece óbvio que as pessoas devam se sentir convidadas a passar e permanecer nos espaços livres das nossas cidades. Caminhar, pedalar e permanecer nesses espaços, liberando-os para as pessoas, e não para os carros, se torna uma estratégia essencial para o aumento da vida urbana, além de contribuir também para a melhoria da saúde e qualidade de vida dos moradores. (GEHL, 2013).

Se as áreas urbanas, novas ou antigas, forem organizadas para atrair o tráfego de pedestres, ou uma combinação de pedestres e bicicletas que com facilidade poderia suprir as necessidades diárias de transporte, muitos problemas de saúde seriam reduzidos e tanto a qualidade de vida quando a qualidade urbana melhorariam. (GEHL, 2013, p. 114-115)

Essa manifestação do encontro nos espaços públicos, além de trazer a vida urbana num potencial ainda maior, contribui para outro fator muito discutido acerca das cidades hoje em dia: a segurança.

Jacobs (2011) defende que a segurança urbana a gente produz com a vida pública. As calçadas, parques e ruas devem ter pessoas. Pessoas suficientes para que a vigilância das ruas ocorra naturalmente, onde o fluxo de usuários seja suficientemente alto para trazer a sensação de segurança, de proteção. Onde há vida, pessoas caminhando e observando, onde há apropriação, a insegurança do local vazio desaparece, e o espaço tende a se tornar mais seguro. Com o mesmo raciocínio, Gehl diz que “Em geral, reforça-se o potencial para uma cidade segura quando mais pessoas se movimentam pela cidade e permanecem nos espaços urbanos.” (GEHL, 2013, p. 6).

Nakano (2012) discorre sobre certa tendência atual, de fechamento de ruas e espaços públicos como tentativa na melhoria da segurança. Além de acabar se tornando ineficaz, justamente pela perda dos “olhos” e da vigilância das ruas pelas pessoas defendida por Jacobs, essa prática ainda traz como consequência a perda

do sentido daquele espaço, que deveria ser público, coletivo, e acessível a todos.

Como se sentir seguro é crucial para que as pessoas utilizem o espaço urbano, percebemos que trazer as pessoas para esse espaço livre das ruas é primordial para uma cidade mais convidativa e mais segura.

Se reforçarmos a vida na cidade de modo que mais pessoas caminhem e passem um tempo nos espaços comuns, em quase todas as situações, haverá um aumento da segurança, tanto da real quanto da percebida. (...) Uma cidade viva se torna uma cidade valorizada e, assim, uma cidade também mais segura. (GEHL, 2013, p. 99).

O espaço público urbano também tem um papel importante no que tange a estrutura física das cidades. “Além do papel social, os espaços livres urbanos estão diretamente relacionados com a forma e estrutura urbana”, diz Beretta e Andrade (2015). Elas citam Tardin (2008), que coloca que esses espaços públicos são uma importante ferramenta de intervenção urbana, onde os projetos e estratégias desenvolvidos neles são importantes reestruturadores do território da cidade, já que se relacionam diretamente com o entorno e com os outros sistemas urbanos existentes.

A importância do espaço público e livre para a conformação da cidade é citada por Gehl (2013, p. 227): “Através da história dos assentamentos humanos, o desenvolvimento começou com as construções em torno de caminhos e espaços bem utilizados. (...) As cidades começam com a vida e espaços-urbanos-chave.”.

Além de conformador do ordenamento físico e territorial, os espaços livres são importantes aliados para se evitar problemas corriqueiros das cidades: impermeabilização excessiva, processos acelerados de construção, qualidade sonora, do ar e da iluminação.

Assim como há a urgência em se planejar a cidade de acordo com os critérios de vitalidade vistos nesse capítulo, o desenho urbano e as características físicas e territoriais da cidade e do espaço público também não podem ser deixados de lado. Esses dois âmbitos devem atuar em sintonia, como coloca Gehl (2013), “Fazer da vida pública o eixo do desenho urbano”.

Gehl (2013) defende a linha de que a ordem de atuação na cidade sempre deve ser trabalhada com a prioridade “vida-espaço-edificações”. Do mesmo modo,

Saboya coloca que “As edificações podem ser entendidas como alimentadoras dos espaços públicos”, e não a principal forma da cidade.

Outra abordagem a respeito dos espaços públicos vem com relação às manifestações. Como visto, a luta contra a desigualdade acontece manifestada no espaço urbano, mais propriamente no espaço público. A luta pela apropriação do espaço urbano é também uma luta social e política. Rolnik (1995, p. 24) destaca que “Isto fica mais visível durante as grandes manifestações civis, quando o espaço público deixa de ser apenas cenário da circulação do dia-a-dia para assumir o caráter de civitas por inteiro”.

Além disso, como Gehl (2013) coloca, a característica aberta e acessível à qualquer usuário transforma o espaço urbano e público num importante ponto de encontro para grandes manifestações e protestos políticos, marchas e outras atividades que contribuem diretamente para o desenvolvimento da democracia. Assim, os espaços públicos mostram-se também como receptores das manifestações e da vida ativa e política de uma sociedade.

Além do âmbito político, muitas vezes esses locais livres públicos podem configurar espaços de trocas e comércio, formal e informal. Assim como serve de apoio à compra e venda de mercadorias, os espaços públicos comerciais compreendem um cenário de contato humano e relações sociais.

Da forma como o espaço público pode ser palco da manifestação da vida política, comercial, e um espaço democrático e aberto a todos, eles deveriam ser um direito a qualquer cidadão.

Todos devem ter o direito a espaços abertos, facilmente acessíveis, tanto quanto têm direito à água tratada. Todos devem ter a possibilidade de ver uma árvore de sua janela, ou de sentar-se em um banco de praça, perto de sua casa, com um espaço para crianças, ou de caminhar até um parque em dez minutos. Bairros bem planejados inspiram os moradores, ao passo que comunidades mal planejadas brutalizam seus cidadãos.” (Richard Rogers, em GEHL, 2013, p. XI)

O espaço livre e público deve ser acessível e oferecer a oportunidade de expressão a qualquer grupo da nossa sociedade e para qualquer tipo de atividade que se queira desenvolver. O espaço livre público é, ou pelo menos deveria ser, o espaço da liberdade e inclusão.

De acordo com Gehl (2013), “todos os grupos sociais, independentemente da idade, renda, status, religião ou etnia, [devem poder] se encontrar nesses espaços, ao se deslocarem para suas atividades diárias.” Ele é o espaço comum das pessoas, o espaço de todos.

Assim, além de estarmos preocupados em oferecer espaço suficiente e convidativo, este ambiente público deve ser também “vivo e utilizado por muitos e diferentes grupos de pessoas” (GEHL, 2013, p. 63). As pessoas devem se movimentar na cidade e utilizar do mesmo espaço, de forma igualitária e gerando assim, a diversidade urbana característica da vida pública das cidades.

A cidade é vista como o que atende a uma função democrática onde as pessoas encontram diversidade social e compreendem mais o outro, por meio do compartilhamento do mesmo espaço urbano. (...) A cidade deve ser inclusiva, com espaço para todos. (GEHL, 2013, p. 109)

E da mesma forma que o espaço público está inserido nesse âmbito plural, como espaço da diversidade, da inclusão e de toda a cidade, ele também possui a característica particular da formação de uma identidade. Como diz Zabotti (2016) “Os espaços públicos tem papel fundamental na formação e manutenção da identidade cultural de um povo.”

Benfield (2014) também entende os espaços públicos como fonte de identidade e caráter, como absorvedores do sentido de lugar. Ele vai ainda mais longe e defende a memória, as raízes e o sentido do coletivo como características relevantes para a conformação da experiência de lugar e espaço público confortável. “O estudo recomenda que planejadores urbanos tomem medidas para reforçar a identidade do lugar e a legibilidade em vez de rompê-las, por meio do entendimento dos lugares como dimensões físicas, sociais e psicológicas da experiência humana.”

Gehl (2013), na mesma linha, traz a identidade como o sentimento de pertencimento e a referência que nos orienta como cidadãos. Os espaços públicos urbanos e todos seus elementos no momento que passam a fazer parte do nosso cotidiano, se tornam um vínculo que estabelecemos com a cidade.

Trazer o senso de identidade e pertencimento é desenvolver o espaço com significado. Gehl (2013) destaca que para isso o espaço deve ser convidativo e popular. E Hertzberger (1999, p. 43) acrescenta: “Uma área de rua com a qual os

moradores estão envolvidos, onde marcas individuais são criadas por eles próprios, é apropriada conjuntamente e transformada num espaço comunitário.”.

Percebemos então que os espaços livres públicos da nossa cidade são grandes ferramentas a serem trabalhadas para objetivos comuns. Eles são fontes de manifestações e de encontros, espaços plurais em diversidade de atividades e de público, são espaços físicos articuladores dentro da estrutura da cidade, são importantíssimos para a qualidade de vida dos moradores e ainda contribuem para a criação dos laços e identidades urbanas. Trabalhar o espaço público é a oportunidade de atingir em maior escala nossos usuários da cidade.

### **2.3. O projeto no espaço público**

O espaço público tem um papel importantíssimo no ambiente urbano, como visto. Segundo Rogers (GEHL, 2013), “melhorar o desenho dos espaços públicos é, em consequência, melhorar a qualidade de vida nas cidades.”. Segundo Lerner, a vitalidade dos espaços públicos é o que vai trazer sensações de proximidade, companhia, compartilhamento, inclusão para a cidade. Quanto mais espaço, mais vida. (GEHL, 2013). E como Beretta e Andrade (2015) destacam:

É preciso estar atento e consciente quando se objetiva criar cenários de apropriação que incentivem a pluralidade e que criem senso de propriedade. Estes espaços livres urbanos são a chave da sociabilidade humana e potencializam a manifestação da esfera pública.

O espaço urbano e a sociedade estão intrinsecamente ligados, como Gehl (2013) defende “Nós moldamos as cidades, e elas nos moldam”. Dessa forma, um projeto em um espaço público tem mais do que a capacidade de alterar aquele espaço urbano, extrapolando sua interferência também para a sociedade e os usuários. Projetar o espaço público é também modificar as pessoas e a vida social daqueles que o utilizam.

Jacobs (2011) já dizia que as pessoas eram um ponto essencial para a dinâmica do lugar. Apenas o desenho e o bom projeto urbano não são suficientes para criação da cidade ideal. As relações sociais e outros fatores contribuem tanto quanto a arquitetura para a criação da identidade do lugar. Gehl (2013) também

defende essa correlação:

(...) por muitos anos, havia pouco conhecimento sobre como as estruturas físicas influenciam o comportamento humano. Agora, depois de muitos anos, acumulou-se razoável conhecimento em relação à conexão entre forma física e comportamento humano. (GEHL, 2013, p. XIV)

Deveríamos nos atentar a diversos fatores no momento de projeto de um espaço público. E um dos principais é entender a realidade e as particularidades daquele local. “Além do trabalho independente com espaço e detalhes, muitas vezes é possível fazer grandes melhorias de qualidade se um espaço urbano for projetado para destacar as qualidades específicas do local.” (GEHL, 2013, p. 177)

Gatti (2013) destaca essas questões. Para um bom projeto, é preciso entender a dinâmica daquele espaço e da vida das pessoas que o utilizam. Esses espaços devem justamente ser pensados e projetados para atenderem as necessidades desses usuários.

Um bom projeto de espaço público não depende apenas de uma boa execução técnica; também deve ser o espaço certo, no lugar certo e para as pessoas certas. A cidade precisa ser vista sob seus múltiplos aspectos, sejam eles físicos, sociais, econômicos ou culturais.” (GATTI, 2013, p. 8)

A série Espaço Urbano (RIO ACADEMY, 2015) traz questões pouco debatidas e interessantes a respeito dos projetos nos espaços públicos. Primeiro, a consideração de que no Brasil existe certa dificuldade de tratar e trabalhar o espaço vazio que pertence à cidade. Temos poucos espaços públicos de qualidade. Outra questão apontada é a dificuldade em se trabalhar nesse tipo de espaço.

Os palestrantes da série defendem que o espaço público tem o valor de permitir que a vida e a apropriação aconteçam, que ele é o local do encontro e da conversa, como citado por vários autores. Mas ao mesmo tempo, eles indicam a dificuldade em se fazer projeto público. Aqui no Brasil, as coisas param em detalhes e as legislações engessam os projetos. E sugerem: testar soluções no ambiente público! Pensar as intervenções de modo menos engessadas e mais abertas ao erro e à adaptação. E tem-se observado atualmente o crescimento das iniciativas de pequenas intervenções urbanas nos espaços públicos das cidades, como uma alternativa ao complexo e demorado projeto urbano produzido sob a responsabilidade de urbanistas e órgãos públicos da sociedade.

Isso pode estar relacionado à questão que Gehl (2013) defende e que devemos estar atentos: o trabalho com a pequena escala. O projeto do espaço público não está ligado apenas ao planejamento urbano e a escala maior de desenvolvimento das cidades. A escala e a dimensão humana devem estar presentes e são tão importantes que se falharem, a vida na cidade não se desenvolve.

Infelizmente, novas cidades ainda estão sendo construídas segundo princípios que fragmentam a escala. Há espaços demais, grandes demais e a paisagem humana acaba sendo fria e indiferente, ou mesmo totalmente inutilizável. (GEHL, 2013, p. 167)

A preocupação com a escala e a dimensão humana ao tratar os espaços públicos deve existir em toda a cidade e toda área urbana, independente do tipo de planejamento urbano que esteja sendo feito. Independente da condição econômica e social do espaço (GEHL, 2013). Infelizmente, essa escala ainda é muitas vezes negligenciada pelos urbanistas.

Trabalhar na escala humana requer uma maior dificuldade e uma maior sensibilidade. Trabalhar dessa forma e em espaços de comunidades pouco privilegiadas na hierarquia urbana é ainda mais desafiador. Nessas regiões mais carentes, os espaços públicos são geralmente subdimensionados e de baixa qualidade. Ele se torna, assim, ainda mais precioso. O espaço ao ar livre e a qualidade do mesmo tem um impacto muito grande nas condições de vida da população.

Como local de encontro e manifestação da vida, o espaço público é uma ferramenta importante para a criação de uma sociedade mais democrática, aberta e inclusiva. Trabalhar os espaços públicos de uma comunidade é atingir ainda mais diretamente esse efeito. Atuar na sociedade e no território daqueles menos favorecidos amplia as chances e o poder de pertencimento dessas pessoas à cidade.

Com essa abordagem, fica claro que o projeto do espaço público deve levar em conta as particularidades do meio em que está inserido, e se preocupar com a criação de uma identidade para seus usuários e com a dimensão humana.

Assim, com o entendimento da natureza do espaço público, a sua importância

para a qualidade de vida de uma comunidade, e o cuidado e percepção humana que se deve ter ao projetar, veremos agora as metodologias de trabalho alternativas ao projeto urbano tradicional. Preocupando-se com o olhar ao espaço vivido, e não somente ao espaço físico, e pela perspectiva de comunidades carentes de projetos de qualidade; os modelos de projetos que envolvam participação popular se tornam um viés interessante para o estudo e continuidade desse trabalho.

### 3. Práticas em metodologias participativas

O questionamento aos projetos urbanos tradicionais faz-se necessário no momento em que esses processos não se traduzem em modelos eficazes para as ações em nossas cidades. Os projetos públicos urbanos, tradicionalmente sob responsabilidade da administração pública local, vêm sendo colocados em pauta e têm passado por discussões devido às suas ineficiências em vários aspectos, como planejamento, execução, manutenção e envolvimento de práticas que levam à tomada de decisões concentradas. Vale ainda citar o interesses de poderes e a lentidão de liberação e execução das obras e serviços como um entrave ao desenvolvimento das ações. O longo tempo para que as ações estruturadas sejam construídas é algo apontado por Macêdo e Almeida (2015), que também destacam:

Os modelos vigentes de construção das cidades estão baseados em planejamentos estratégicos que são desenvolvidos por um recorte seletivo de atores envolvidos, dando origem a planejamentos e intervenções impositivas e que pouco representa os anseios da população. (MACÊDO E ALMEIDA, 2015, p. 2)

A busca por alternativas para a construção dos espaços urbanos teve início por volta de 1970, durante o processo de redemocratização brasileira, onde ganharam forças os movimentos sociais urbanos, que tiveram um papel crucial na percepção do espaço urbano e inclusão da cidadania. (BOUCINHAS, 2007). Em 1985, o cenário foi fortalecido pela criação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que se tornaria o principal movimento nessa luta dentro do Brasil. A partir daí, o contexto se tornou mais favorável para o surgimento de diversas iniciativas cidadãs voltadas para intervenção no espaço público e urbano, buscando sanar os problemas que os projetos tradicionais das nossas cidades não vinham tendo condições de superar.

Não é surpresa que a participação como fenômeno tenha surgido como oposição ao planejamento urbano centralizado. A realidade é que, cada vez mais, existe uma necessidade de construir a cidade de forma compartilhada, com o objetivo de tornar as intervenções e planos urbanos, reflexos das aspirações e das necessidades das sociedades e indivíduos que serão afetados e/ou beneficiados. (GUZMÁN, 2016)

Atualmente, podem ser elencadas diversas iniciativas, propostas, programas e grupos, dentro das esferas públicas, privadas e organizacionais, que buscam a construção da cidade por meio do desenvolvimento dos cidadãos como agentes dessa transformação. Uma grande diversidade de formatos, metodologias e objetivos podem ser encontrados. Nesse capítulo, abordaremos de forma rápida algumas dessas experiências para servir de embasamento na adoção de uma metodologia de trabalho a ser utilizada no TCC II.

### **3.1. Por que projeto participativo?**

*As cidades têm a capacidade de proporcionar algo para todos somente porque e somente quando, são criadas por todos. - Jane Jacobs*

A partir da indagação sobre a inclusão da sociedade na construção das cidades, buscou-se entender as nuances dos projetos participativos, que se inserem nesse contexto. A importância da percepção e vivência do espaço urbano é um ponto crucial para a efetividade de projetos e que vem se contrapondo ao urbanismo tecnocrático produzido por especialistas nos dias de hoje. Jacques (2008), fala sobre isso ao destacar a seguinte questão: aquele que projeta não é o usuário, não é quem vive o espaço. Existe um descolamento entre a prática profissional e a experiência da cidade, como defende a autora, resultando em diferenças significativas entre o espaço projetado e o espaço que é atualizado pelos seus usuários, posteriormente.

Os praticantes ordinários das cidades atualizam os projetos urbanos e o próprio urbanismo, através da prática, vivência ou experiência dos espaços urbanos. Os urbanistas indicam usos possíveis para o espaço projetado, mas são aqueles que o experimentam no cotidiano que os atualizam. São as apropriações e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado, ou seja, são essas experiências do espaço pelos habitantes, passantes ou errantes que reinventam esses espaços no seu cotidiano. (JACQUES, 2008)

Dessa forma, podemos refletir se a incorporação dos usuários do espaço como protagonistas da elaboração dos projetos da cidade seria uma opção para sanar esses desvios e problemáticas aqui já citados. Envolver esses atores é uma

das formas mais claras para a construção da cidade de forma a contemplar as reais necessidades da população.

É possível promover mudança a partir da participação social? Se olharmos em volta, veremos que nossas cidades são construídas também pelas mãos das suas comunidades. Ao mesmo tempo, vemos que planejadores muitas vezes não contemplam as necessidades da população, impondo estruturas urbanas dissociadas das realidades em que trabalham. Como podemos unir o saber técnico ao conhecimento e experiência dos seus usuários, construindo cidades de maneira mais colaborativa? (CAVALCANTE e MORAIS, 2016)

A participação popular, na verdade, pode ser caracterizada pelo envolvimento e engajamento dos cidadãos, como peças-chave dentro do processo de desenho urbano (ESTEVES, 2017). É um processo legítimo e valioso quando analisada a preocupação em tornar o direito à construção da cidade igualitário, como defende Cavalcante e Moraes (2016): “Se quisermos construir cidades mais democráticas, precisamos desenvolver práticas projetuais inclusivas”. Além disso, a participação e envolvimento da população com o desenvolvimento de projetos é um fato que influencia diretamente para o sucesso de uma intervenção.

Como coloca Boucinhas (2007), “A produção do espaço público, como espaço das exigências recreativas, culturais, de circulação e fruição dos habitantes - requer uma abordagem participativa nas soluções a esse desafio”. Os projetos, quando desenvolvidos com envolvimento social, facilitam a compreensão das relações entre os moradores e seus lugares de vida e conseqüentemente um produto mais assertivo às necessidades e desejos da população, viabilizando projetos com qualidade superior e mais propensos a apropriação pelos moradores.

Exemplificando a importância do trabalho colaborativo nos últimos tempos, Maricato (2011), fala sobre as pautas envolvidas nas conferências do Habitat II, programa da ONU-HABITAT ocorrido em 1996, e importante marco para a formação de uma agenda de desenvolvimento global para os anos seguintes. Segundo ela, nesse momento foram discutidos pontos como a importância do fortalecimento do poderes locais e o envolvimento com entidades e participação da sociedade. “Na Habitat II parecia fora do contexto falar do espaço sem a participação dos indivíduos, comunidades ou coletividades concretas.” (MARICATO, 2011, p. 170)

Assim, a partir do momento que idealizamos cidades inclusivas, é

fundamental que tracemos ferramentas e possibilidades que tornem o papel da população uma premissa para a construção dos espaços que influenciarão o seu modo de vida.

O envolvimento das pessoas nas discussões e processos de tomada de decisão é fundamental. Ao engajar a comunidade, o poder público passa a entender melhor o que deve ser feito, de que maneira e, principalmente, onde deve ser feito. Trata-se de um caminho para obter os inputs necessários a uma tomada de decisão mais assertiva – afinal, ninguém conhece melhor os problemas e desejos (sonhos, arrisco dizer) da população do que ela própria. Isso não significa que as pessoas conheçam a solução para tudo; a premissa, aqui, é que profissionais técnicos e gestores públicos não serão capazes de chegar a ela sozinhos, sem um processo de participação social bem estruturado. (ESTEVEES, 2017)

Além de possibilitar a assertividade de propostas e intervenções, trazer o usuário para a tomada de decisões desenvolve o “[...] senso de pertencimento: uma relação entre pessoas e lugares que cria elos afetivos, fortalece a vida comunitária e, em última instância, eleva a qualidade de vida das pessoas envolvidas.” (ESTEVEES, 2017). É uma maneira de empoderar o cidadão, de facilitar a apropriação, o cuidado com o espaço e ainda contribui significativamente para a diminuição de depredações daquele espaço.

### **3.2. Alternativas e práticas de participação social**

Diante das diversas possibilidades existentes de estratégias e ações para viabilizar a participação social no processo de criação do espaço, procuramos destacar alguns modelos aqui. Importante frisar que não abordamos todos os processos ou formatos, e sequer chegamos perto disso, já que a variação de formas de atuação que se diferenciam em objetivos, metodologias, meios, etapa do projeto e profundidade da participação são extensas. Procuramos, assim, abordar um pouco sobre a participação na metodologia utilizada pelo arquiteto Rodolfo Livingston e no trabalho participativo de mutirões e apropriação do espaço desenvolvido por ONGs, grupos comunitários e associações de moradores.

#### **3.2.1 Rodolfo Livingston: Arquitetos de Família**

Rodolfo Livingston é um arquiteto argentino, nascido em 1931. Durante sua carreira, foi professor em várias universidades e agora trabalha em seu escritório em Buenos Aires, o Estudio Livingston. O arquiteto foi responsável pela criação da especialidade “Arquitetos de Família”, um sistema de desenho participativo voltado para construção e reforma de residências, que inclusive já ganhou prêmios internacionais, como o “Best Practices” em Istambul 1996 e o “World Habitat Awards”, em Bruxelas, 2002.

Segundo dados do próprio escritório, Livingston já atendeu mais de 4.000 clientes pessoalmente e durante a década de 1990 implementou e supervisionou o programa Arquitetos da Comunidade em Cuba, em conjunto com a arquiteta Selma Díaz; que deu origem a seu método de trabalho, posteriormente publicado em dois livros do arquiteto: "Cirugía de casas" (1990) e “Arquitectos de Familia: El Método” (2002).

Sua metodologia vem sendo estudada e aplicada por outras pessoas, e apesar de ter sido criada para projetos residenciais e familiares, torna-se válido seu entendimento neste trabalho pelo fato de ser um método simples e que abrange a característica do cidadão como agente participativo do projeto, independente do âmbito. Diferente dos outros exemplos aqui abordados, essa metodologia é focada no tratamento pessoal com o cliente e seu projeto e a participação se dá principalmente na etapa de planejamento e criação.

A metodologia de trabalho foi desenvolvida de forma não acadêmica e a partir da própria experiência pessoal de Livingston. O sistema foi chamado por ele de *El Metodo* e classificado pelo arquiteto como participativo. Ele trabalha o envolvimento com o cliente desde o primeiro contato e seu sistema é baseado numa visão humanística, onde ouvir o cliente torna-se o elemento primordial para o sucesso do projeto do arquiteto e a participação na tomada de decisões de forma mais assertiva torna todo o processo mais claro e democrático. (ESTUDIO LIVINGSTON). Segundo NOGUEIRA (2010, p. 23), o método do arquiteto é baseado em alguns aspectos:

- redução as formalidades e a formalização na transmissão das informações;
- abandono da ideia de solução fechada e definitiva;
- possibilidade da interrupção nos serviços;
- adoção do conhecimento técnico aplicado (e não somente teórico);
- supressão do excesso de informações;
- segurança e confiança nos profissionais atuantes na obra.

Assim, percebemos a importância dada à simplificação do processo e de entregas que sejam condizentes com o público trabalhado - dentro de demandas populares - contrapondo-se à formalidade e complexidade de projetos entregues em casos convencionais. A importância da metodologia também se apóia numa forma de escuta dos clientes, em técnicas que estimulem a criatividade e no envolvimento e participação de todos os familiares com o projeto. (ESTUDIO LIVINGSTON). Nogueira (2010), ao falar sobre a importância de entender as reais demandas dos clientes, critica a forma como os profissionais normalmente costumam menosprezar essa etapa. E seria esse um dos pontos altos da nova proposta desenvolvida por Livingston.

Conhecer as demandas dos clientes pressupõe ouvi-los. Mas o tempo dedicado a esse momento do processo normalmente é reduzido, pois não é visto como parte do trabalho propriamente dito. Isso está relacionado ao fato de o projeto não ser entendido como a prestação de um serviço, mas antes como obra (de arte) a ser criada. Interferências externas ao criador e sua obra, o arquiteto e seu projeto, não são bem vindas. Assim, por exemplo, muitos arquitetos rechaçam como atropelo do seu gesto criativo as imagens que os clientes costumam trazer no primeiro encontro para exemplificar preferências, gostos e desejos. Como muitos clientes desconhecem os ícones da arquitetura internacional, suas referências são casas de amigos, lugares já visitados ou revistas de decoração encontradas em qualquer banca. O gosto assim formado é tachado de “provinciano”, “brega” e “emergente”. Os arquitetos acreditam que seu próprio gosto, formado e legitimado pelo campo da arquitetura, deveria ter validade universal. Da mesma maneira, é comum a negligência de certas solicitações feitas pelos clientes em relação às atividades cotidianas. Arquitetos se dedicam a aspectos plásticos e formais, esquecendo-se dos indivíduos com suas particularidades. Como resultado, várias necessidades não são atendidas nas etapas seguintes do projeto, gerando insatisfação dos clientes e retrabalho aos arquitetos. (NOGUEIRA, 2010, p. 36)

De acordo com as informações contidas no próprio site do escritório e descrições mais detalhadas de Nogueira, podemos descrever as seguintes etapas do método criado por Livingston:

### Primeira etapa

Antes do primeiro encontro formal, costuma-se ter um primeiro contato por telefone, onde já são recolhidas informações iniciais acerca do cliente e do projeto. Essa pré-entrevista mistura-se um pouco com a etapa de entrevista, de acordo com

Nogueira ou a metodologia disposta no site do escritório, mas se baseiam basicamente na troca de informações e elaboração de cronograma.

## I. Entrevista

A primeira reunião com o cliente é realizada no escritório, para compreensão global do caso, as necessidades existentes e o entendimento das propostas e respostas dos próprios usuários. É solicitado que o cliente leve desenhos, imagens e ideias daquilo que correspondam às suas necessidades e desejos. É o primeiro momento de escuta e onde o arquiteto deve interferir o mínimo possível. É importante que esse momento conte com a participação de todos os usuários envolvidos e que cada um possa opinar. Existem no livro de Livingston diversos exercícios e ferramentas que podem ser utilizados nessa etapa de escuta, para gerar insumos suficientes para prosseguimento do processo.

Nessa reunião são determinados os prazos, cronogramas e valores do projeto. Informações sobre as entregas e preços é justamente o que primeiro o cliente se interessa em saber. Isso é extremamente relevante para Livingston, já que a segurança, abertura e liberdade entre as partes (cliente/arquiteto) são essenciais para prosseguimento do processo. “Se o arquiteto não explica com clareza ao seu cliente como é o seu trabalho, há entre eles um vazio, um hiato sem conteúdo.” (NOGUEIRA, 2010, p. 68)

[...] é fundamental que o cliente compreenda, desde o início, que o trabalho seguirá um caminho (literalmente, um método), em que esse caminho consiste e como funciona cada uma de suas etapas. Livingston considera que um dos principais problemas entre clientes e arquitetos é a insegurança de ambas as partes. Assim, a própria explicitação de um método ou sistema de trabalho já é parte do Método, pois estabelece claramente uma estrutura e um objetivo compartilhados. (NOGUEIRA, 2010, p. 66-67)

Outro ponto destacado por Livingston e sua metodologia é a possibilidade e liberdade dada ao cliente de interromper a relação no momento que precisar. Ter a consciência disso, desde o primeiro contato, permite uma aproximação e abertura maior com o profissional.

## II. Sítio e cliente

Visita ao local, com estudo completo e medição da casa e do terreno, envolvendo uma nova escuta de toda a família.

### III. Apresentação de variantes

Em seguida, são apresentadas várias soluções possíveis, ao invés de apenas um resultado final julgado o mais apropriado, como ocorre nos procedimentos convencionais. Nesse momento, são utilizados imagens e desenhos interiores e exteriores, geralmente feitos à mão, para dar mais clareza aos usuários das propostas.



Figura 01 e 02 – Apresentação das variantes, etapa III.  
Fonte: Estudio Livingston.

### IV. Devolução

O cliente estuda as soluções apresentadas em sua própria casa e retorna com críticas, observações e propostas. Como não são apresentadas soluções definitivas, elas podem ser recusadas ou combinadas entre si de acordo com o desejo dos clientes.

### V. Ajuste final

O arquiteto realiza os ajustes finais de acordo com a devolução dos clientes, para apresentação da proposta final, decidida em conjunto e que realmente atenta aquilo que o cliente quer e não o que o arquiteto prefere.

As etapas de I a V têm prazo estimado de duração de 4 a 6 semanas. Alguns trabalhos podem ser encerrados na etapa V e as etapas VI e VII são complementares.

## Segunda etapa

### VI. Escuta

Novo encontro para discutir sobre detalhes, terminações e cores.

### VII. Manual de Instruções

É feito então uma entrega de um Manual de Instruções, com todas as informações necessárias para execução do projeto de maneira mais acessível para entendimento do usuário, desde que se julgue relevante. O Manual não traz nenhuma obrigatoriedade de construção e a obra em si pode ficar a cargo do escritório ou de outro construtor.

De acordo com a metodologia apresentada, percebemos a real preocupação em ouvir o usuário e estabelecer esse contato para a escuta em diversos momentos da elaboração do projeto. Técnicas de facilitação para entender e ouvir o cliente também foram criadas por Livingston, de maneira que, em consulta a seus livros, o método fica fácil de ser compreendido e aplicado. O anexo 1 deste trabalho apresenta um exemplo de aplicação do *Método* pela arquiteta Priscila Nogueira realizado aqui no Brasil. Interessante observar suas ponderações em relação ao processo e facilidade que obteve em executá-lo logo com o primeiro cliente. Isso demonstra que a metodologia elaborada é de fácil aplicação e traz resultados muito relevantes de participação, envolvimento e pertencimento dos clientes para com o projeto.

### **3.2.2 Urbanismo colaborativo**

Outra forma de participação em projetos urbanos que tomou forma nos últimos anos foi a construção e apropriação das cidades pelos próprios cidadãos. Grupos organizados, associações, ONGs e coletivos tornam-se cada vez mais uma realidade dentro da construção do espaço urbano, através de ações de mutirão, intervenção e apropriação da cidade, que trazem o cidadão como protagonista da transformação urbana.

O Instituto de Urbanismo Colaborativo - COURB - é um exemplo de organização que tem trabalhado com a proposta de participação cidadã no desenho da cidade. Eles são uma organização sem fins lucrativos fundada e mantida por profissionais de diversas áreas que acreditam “na construção colaborativa, na integração de ideias e no engajamento cívico como agentes de transformação social e urbana.” (COURB). O grupo atua com projetos urbanos, análises de políticas públicas, pesquisas, eventos, cursos e programas, sempre integrando ideias e práticas, estimulando a participação social e promovendo o engajamento comunitário e o empoderamento do cidadão.

No artigo de Cavalcante e Morais (2016), publicado pelo instituto, eles discorrem sobre a importância da mudança da cidade a partir da participação social e indicam dez estratégias interessantes que podem auxiliar nesse processo. Elas se tornam válidas nesse momento de estudo e entendimento de algumas metodologias que podem ser utilizadas para alcançar a participação da sociedade nos projetos urbanos:

- 1. Aproxime-se da comunidade com que está trabalhando:** Trabalhos com comunidades exigem integração e compreensão. Dedicar seu tempo para conhecer as pessoas com quem estará trabalhando, conhecer os líderes comunitários e incentivá-los a serem seus parceiros no projeto aumentará o entendimento sobre suas necessidades. Preparar-se para perder um pouco do controle sobre seu processo de trabalho e deixar as ideias da comunidade direcionarem as decisões também é importante.
- 2. Construa relações de confiança:** Para se conectar e criar um vínculo de confiança com os membros da comunidade, é importante construir relações pessoais e parcerias de trabalho autênticas. Algo que pode ajudar é tentar satisfazer rapidamente alguma necessidade emergencial da comunidade. Aproxime-se de suas atividades diárias, demonstre com atitudes que você está os levando a sério e que você se importa de verdade.
- 3. Prometa apenas o que poderá cumprir:** A transparência e clareza na comunicação é fundamental em projetos comunitários. É normal, ao se envolver com uma comunidade, querer ajudar ao máximo, mas não tente resolver todos os problemas de uma só vez. Estime precisamente o tempo e os recursos que você tem a oferecer no momento; e busque respeitar o prazo final do projeto e o orçamento previsto. Soluções reais são melhores que promessas utópicas.
- 4. Priorize o processo:** Seja paciente e evite soluções rápidas, que não representam a comunidade e são elaboradas com pouco engajamento de seus membros. Explique a todos que o processo colaborativo pode demandar mais tempo e levar a resultados inesperados, mas certamente irá criar soluções mais eficientes às necessidades específicas da comunidade.
- 5. Enfrente as polêmicas:** Em projetos comunitários, as soluções adotadas devem representar a todos. Com a ajuda de grupos menores da comunidade, ouça a percepção dos moradores, identifique reações negativas e positivas e aprenda com elas para melhorar o trabalho. É importante manter um diálogo aberto com os membros, e verificar se as ideias do grupo respondem às questões polêmicas e os representam.

**6. Identifique as potencialidades da comunidade:** Ao invés de apontar as problemáticas da comunidade, focar em suas potencialidades contribuirá para aumentar a autoestima de seus membros e estabelecer um laço emocional positivo. Identifique habilidades e talentos e incorpore-os no trabalho. A comunidade se torna mais confiante e independente ao ver que é capaz de satisfazer suas próprias necessidades.

**7. Utilize recursos locais:** Encontre maneiras de incorporar os recursos existentes da própria comunidade em seu trabalho, observando quais materiais são comuns e utilizando infraestruturas existentes. Soluções de baixo custo contribuem para a sustentabilidade financeira e a utilização de matéria prima local reduz o impacto ambiental do projeto.

**8. Trabalhe considerando a voz da comunidade:** Um trabalho comunitário deve se conectar à identidade local. Buscar inspiração nas cores, tipografia, e outros elementos que se destacam na comunidade fará com que ela se identifique mais facilmente com o resultado. Considere as linguagens locais, as normas culturais dos membros ao longo do processo. Promover o engajamento a partir de ferramentas acessíveis fará com que questões de escolaridade, habilidade ou comunicação não limitem a participação.

**9. Incentive a comunidade a se apropriar do projeto:** Empodere a comunidade fazendo-a se apropriar dos métodos e ferramentas de projeto. A comunidade deve estar presente desde o início, para que possa aprender em todas as etapas, possam desenvolver senso de pertencimento e se orgulharem do resultado alcançado com o auxílio da sua participação.

**10. Promova o engajamento contínuo:** Consolide sua parceria com a comunidade, mantendo contato após finalizar o trabalho. Um projeto participativo de sucesso promoverá uma independência dos membros, mas continuar os apoiando e mantendo um contato frequente com os líderes comunitários poderá resultar em futuras novas colaborações.

(CAVALCANTE E MORAIS, 2016)

Um exemplo prático desenvolvido pelo COURB está sendo uma ação para a praça José Molina, em São Paulo. O projeto Abrace sua Praça, iniciativa do Festival Bigorna foi desenvolvido na praça com o objetivo de justamente trazer um novo olhar sobre o espaço e desenvolver uma atividade cultural num local pouco utilizado e mal cuidado, para despertar novas possibilidades de uso.

Com esse estímulo, o COURB conseguiu desenvolver uma oficina e um laboratório de desenho participativo para compreensão dos desejos dos usuários e a construção colaborativa para melhorias na praça. As ações tiveram adesão de participantes de diversas idades e de diferentes partes da cidade, trabalhando em conjunto e fazendo uso de massinhas, desenhos, *post its* e cartolinas.



Figura 03: Oficina em grupo de Desenho Participativo  
Fonte: COURB. <http://www.courb.org/wp-content/uploads/2016/12/Grupo-3.jpg>



Figura 04: Varal dos Desejos  
Fonte: COURB - <http://www.courb.org/wp-content/uploads/2016/12/Varal-dos-Desejos.jpg>

Após a ação no dia, o COURB começou a elaborar um Manual de Ação Urbana, previsto para ser lançado no segundo semestre desse ano, conforme informações de Mariana Morais, diretora de Projetos da organização. Em e-mail, ela exemplificou a intenção de conteúdo para o Manual, com um passo a passo de como fazer uma ação urbana coletiva, desde a preparação da ação, identificação do facilitador e suas habilidades, contato e engajamento dos atores participantes até a construção e monitoramento do projeto. Apesar de ainda não publicado o Manual, o entendimento da ação na Praça serve de importante fonte de informações e possibilidade de metodologia para envolvimento dos moradores na definição de sonhos, desejos e necessidades do espaço.

As ações e práticas que envolvem um urbanismo colaborativo confirmam ainda mais o cenário de distanciamento entre o poder público e os projetos urbanos tradicionais e a realidade da população. Dentro desse contexto, ficam cada vez mais evidentes iniciativas e novas propostas de intervenções urbanas, novos conceitos e vários exemplos de associações de pessoas e grupos de voluntariados que trabalham sob a lógica colaborativa.

### **3.2.2.1 Instituto Elos e Movimento Oásis**

*Onde em geral se enxerga escassez, nós buscamos abundância  
- Instituto Elos*

O Instituto Elos é uma organização existente no Brasil que tem como objetivo maior organizar projetos e estratégias para construção de um mundo melhor, impulsionando um movimento de comunidades e pessoas. O Instituto surgiu por uma iniciativa de 5 arquitetos no ano de 2000 e tornou-se hoje, uma comunidade multidisciplinar. Eles trabalham com diferentes frentes de atuação, através de trabalhos com outras empresas, governos, organizações, comunidades e jovens, ensinando, treinando e atuando na prática do 'saber fazendo'.

Suas ações e projetos são voltados principalmente para a transformação de comunidades em situações sociais mais delicadas, por meio de processos de mobilização de pessoas. Eles utilizam da diversidade - de pessoas, de recursos, de organizações - para construir as estratégias de transformação baseadas na metodologia participativa elaborada por eles: a Filosofia Elos.

Todas as ações, ferramentas, programas e projetos desenvolvidos pelo Instituto baseiam-se nessa Filosofia Elos, que foi trabalhada em torno da organização comunitária, valores comuns e aspirações coletivas, compreendendo o que eles chamam de 7 disciplinas:

<b>OLHAR</b>	O exercício e cultivo de uma visão apreciativa sobre a comunidade e seu ambiente, para criar um cenário de abundância de recursos e possibilidades, valorizando a presença e o potencial de contribuição de cada pessoa.	
<b>AFETO</b>	O estímulo para o estabelecimento de relações afetivas entre as pessoas propiciando o surgimento da confiança e do cuidado mútuo, elementos que alimentam e fortalecem o trabalho coletivo. O exercício da escuta é uma habilidade essencial dessa disciplina.	
<b>SONHO</b>	Propiciar o espaço e a relação adequados para a expressão das melhores e mais profundas aspirações que todos temos. Construir uma imagem do melhor que gostaríamos de realizar transcendendo a prática comum de identificar problemas. Normalmente, quanto mais genuíno, profundo e precioso é o sonho, mais apoio ele tem por parte de toda a comunidade.	
<b>CUIDADO</b>	O planejamento cuidadoso de estratégias e projetos que realizarão amplamente as expectativas de um conjunto de sonhos comuns. O grupo atua respondendo à questão de como caminhar juntos cuidando de si, do outro e de um sonho comum ao mesmo tempo.	
<b>MILAGRE</b>	A ação do coletivo motivado pelas suas melhores qualidades e habilidades, munido da abundância de recursos existentes na comunidade, confiante pelos laços afetivos que o unem e motivado por seus melhores sonhos comuns. É um presente fora do comum que você dá a si e ao outro.	
<b>CELEBRAÇÃO</b>	O reencontro após a jornada de ação para partilhar a alegria da realização conjunta e reconhecer e celebrar a contribuição de cada um na conquista coletiva. É quando a realização física e a experiência vivida ganham ainda mais sentido porque estão alimentando a celebração da vida.	
<b>RE-EVOLUÇÃO</b>	Pensar o futuro e planejar ações para materializar novos desafios, sempre juntos e com a energia renovada pela alegria de ver os sonhos realizados.	

Figura 05: 7 Disciplinas da Filosofia Elos.  
Fonte: adaptada de imagens do site oficial do Instituto Elos.

O Anexo 02 traz um esquema de ação e um passo a passo da prática e da metodologia utilizada no Instituto.

Percebemos que a metodologia e seus princípios envolvem muito dos valores aqui discutidos como importantes nas ações de participação popular: o envolvimento das pessoas, a valorização do potencial e dos recursos locais, o estabelecimento de afeto e confiança com a população, a importância da escuta, o estabelecimento de desejos e sonhos e as ações em coletivo, além de promover também a celebração das conquistas e o incentivo à continuidade de ações.

Dentre os diversos programas e ações desenvolvidos e aplicados pelo Instituto Elos, dentre treinamentos, palestras, ações comunitárias; destacamos um produto voltado para a experiência vivencial de jovens e a transformação direta de comunidades: o Jogo Oásis. Esse programa, segundo o próprio Instituto, é “uma ferramenta de mobilização comunitária, de uso livre, desenvolvida pelo instituto Elos e aplicada pelo próprio Instituto e por jovens empreendedores em diversas partes do

mundo.”. (INSTITUTO ELOS)

Ele surgiu em 2003 pela primeira vez e possui um formato voltado para uma rápida execução de um projeto em forma de mutirão em uma comunidade. Um grupo de voluntários e os moradores são mobilizados para a construção e melhoria daquele local através da participação popular e o uso de recursos locais, com o objetivo de gerar um presente dado àquela comunidade, um presente pedido por ela. Foi um programa já aplicado em diversas partes do Brasil e do mundo, com destaque para o Oásis Santa Catarina (2009) e Oásis Africa (2011), que tiveram um grande alcance. Variações de tempo de duração, métodos e ferramentas, e complexidade e nomenclatura (Jogo Oásis, Oásis, Vivência Oásis) foram encontradas durante as pesquisas, mas a essência da participação comunitária e o desenvolvimento de pessoas em prol da construção de novas realidades mantiveram-se em comum.

Um exemplo de projeto do Instituto, que envolveu aplicação da metodologia e mutirão, foi o Vivência Oásis Campestrinho, na cidade de Divinolândia, que fica em São Paulo na divisa com Minas Gerais, próximo a Poços de Caldas. O projeto contou com o apoio e parceria do Instituto Votorantim e da CBA - Companhia Brasileira de Alumínio.

Na cidade de Divinolândia, a comunidade Campestrinho foi o foco da ação. Primeiramente foi realizado um encontro aberto para apresentação e explicação do projeto e também convocação de moradores, interessados e voluntários para a participação. Outras ações como Encontro de Talentos - 07 de junho de 2017 - e o Encontro de Projetos, que reuniu mais de 100 pessoas para discussão dos sonhos dos moradores - dia 08 de junho - também fizeram parte do Vivência Oásis Campestrinho.



Figura 06: Abertura do Vivência Oásis Campestrinho  
Fonte: Facebook do Instituto Elos



Figura 07: Exercício da Cabra Cega para "enxergar" o Campestrinho de outra forma  
Fonte: Facebook do Instituto Elos

Durante o Encontro de Projeto, o depoimento de Miriane, moradora da comunidade, resume o sentimento daqueles que participaram do Oásis: "A gente precisa ter a consciência de que é o nosso sonho feito por nós. A gente precisa saber que nós somos capazes, com as nossas habilidades, de transformar o nosso lugar". Nesse encontro, os moradores decidiram, de forma conjunta, que fariam uma área de lazer com parquinho, área de convivência, jogos de chão e academia ao ar livre no campo da comunidade.

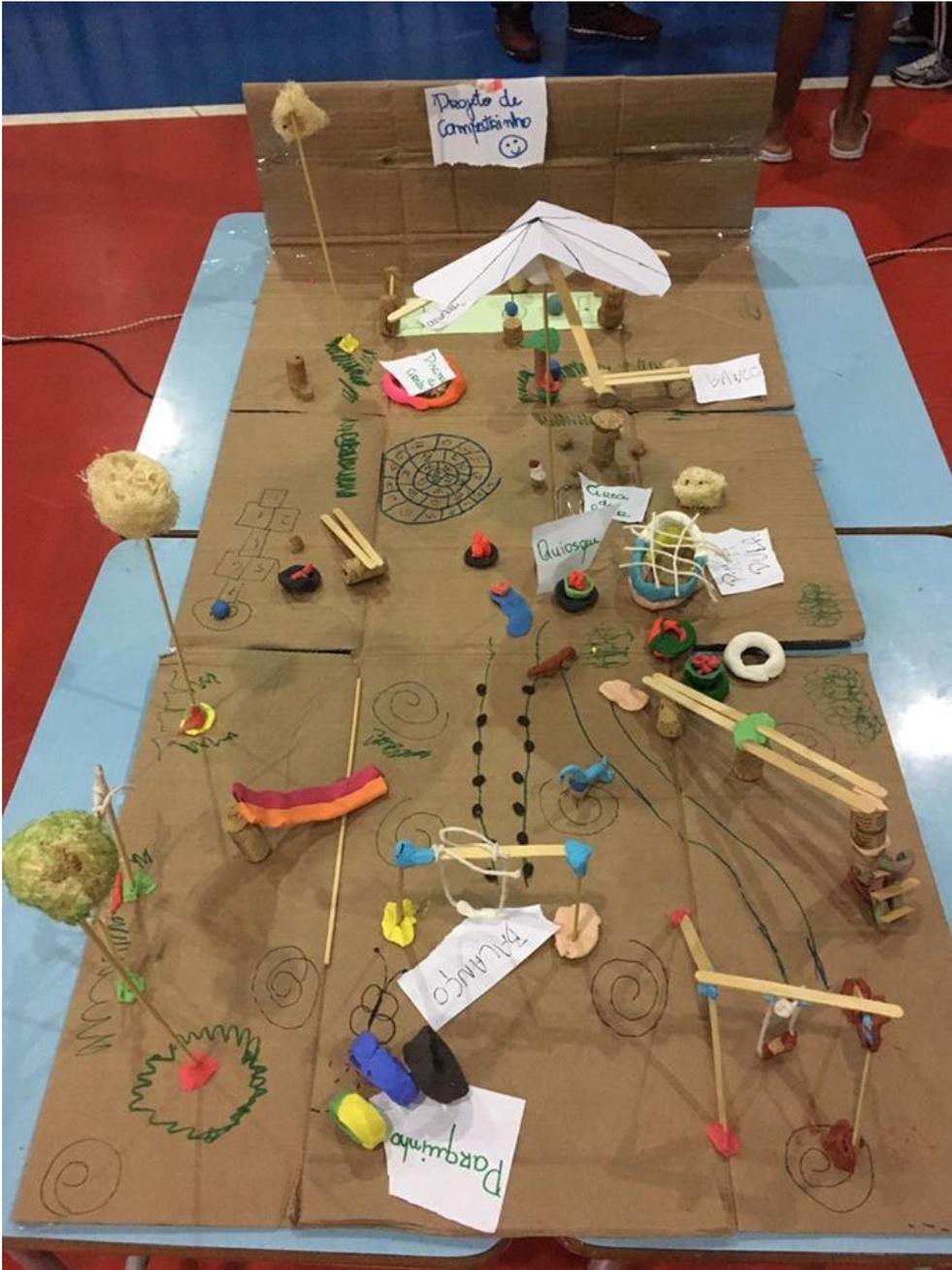


Figura 08: Projeto de Campestrinho elaborado com participação dos moradores  
Fonte: Facebook do Instituto Elos

A etapa seguinte a essa definição foi o trabalho em formato de mutirão que ocorreu no fim de semana de 09 e 10 de junho de 2017, para colocar a mão na massa e transformar os sonhos e projetos em realidade. Foram cerca de 150 pessoas participando e que juntos conseguiram construir uma área de lazer com parquinho, pergolado, bancos e mesas, palco, jardins, guarda-corpo e plantio ao redor do rio e mural.



Figuras 09 e 10: Mão na massa da Vivência Oasis Campestrinho, em Divinolândia  
Fontes: Facebook do Instituto Elos



Figura 11: Roda de celebração no final do mão na massa da Vivência Oasis Campestrinho,  
Fonte: Facebook do Instituto Elos

Em 12 de junho, o projeto foi encerrado com uma “reunião de futuro”, que contou com a presença dos participantes, voluntários, moradores, parceiros e figuras públicas da cidade. Por volta de 60 moradores organizaram-se e dividiram-se em quatro frentes para darem continuidade aos projetos que ainda gostariam de realizar: o grupo comunitário, a continuidade da área de lazer, a reforma do barracão para oficinas e atividades e uma creche.



Figuras 12 e 13: Reunião de Futuro na Vivência Oasis Campestrinho.  
Fonte: Facebook Instituto Elos.

A Vivência Oásis de Campestrinho representou uma ação recente, rápida, mas de grande impacto para os moradores e a comunidade. "Esse projeto está construindo a comunidade do Campestrinho. Agora sim estou vendo uma comunidade: pessoas de mais idade, crianças, jovens e um bem comum", depoimento de Emerson, morador do bairro. É uma representação e estudo de caso da aplicação da Filosofia Elos e da estratégia participativa criada pela organização, que de fato transforma sonhos em realidade. O anexo 3 apresenta um poema escrito por Evânia Pimenta, participante da Vivência Oásis Campestrinho.

### 3.2.2.2 Apropriação do Largo da Batata, São Paulo

*"Transformar um não-lugar em um lugar." – A Batata Precisa de Você*

Um caso de ocupação e apropriação de um espaço público pela população que obteve bastante destaque nos últimos anos e que é interessante de ser estudado aqui, ocorreu no Largo da Batata, em São Paulo. O espaço está em uma das regiões mais antigas da cidade, local de migração japonesa e nordestina, com forte tradição comercial. Passou nos últimos anos por intensa transformação e foi reaberto em 2013 após 10 anos de obras referentes à Operação Urbana Faria Lima, desenvolvida para padronizar toda aquela região. Após todos esses anos de revitalização e mais de 150 milhões de reais investidos no projeto, o Largo tornou-se um espaço vazio, sem vida, desprovido de vegetação e sombra, mobiliários e iluminação adequada. O que antes era um espaço vivo, marcado pelo intenso comércio ambulante, tornou-se um local de passagem. A partir desse novo cenário,

surgiram diversas iniciativas cidadãs para reverter a situação do Largo e torná-lo um espaço vivo e apropriado pelas pessoas novamente.



Figura 14: Largo em 1980 - Terminal de ônibus

Fonte: <http://viatrolebus.com.br/wp-content/uploads/2014/10/batata.jpg>



Figura 15: Largo após a obra finalizada em 2010.

Fonte: [http://gazetadepinheiros.com.br/uploads/Largo\\_da\\_Batata\\_2\\_grupo1.jpg](http://gazetadepinheiros.com.br/uploads/Largo_da_Batata_2_grupo1.jpg)

Desde então, o largo da Batata se tornou emblemático em termos de apropriação do espaço público, com algumas iniciativas cidadãs transformando o espaço através de instalações e estruturas permanentes e efêmeras. Em agosto de 2014, por exemplo, o festival de cultura e arquitetura Design Weekend criou um jardim provisório, com bancos e árvores. Há alguns meses, o coletivo A Batata Precisa de Você instalou uma mesa de pingue-pongue na praça. Dezenas de bancos e vasos de plantas, todos preservados por frequentadores, também são encontrados ali. (BARATTO, 2016)

Um coletivo denominado A Batata Precisa de Você, formado por moradores e frequentadores do Largo da Batata, foi criado em 2014 para transformar a Batata em um espaço de estar, desenvolvendo ações regulares de promoção, ocupação e transformação do espaço, e com a preocupação de manter um diálogo com a gestão pública da cidade, promovendo processos de gestão compartilhada entre cidadãos, associações e poder público. Eles definem o objetivo de suas ações em:

[...] fortalecer a relação afetiva da população local com o Largo da Batata; evidenciar o potencial de um espaço hoje ainda árido como local de convivência; testar possibilidades de ocupação e reivindicar infraestrutura permanente que melhore a qualidade do Largo como espaço público. É um exercício de democracia em escala local, um movimento de cidadania e concretização social e urbana. Uma maneira que as pessoas têm de se manifestar, de maneira inteligente e propositiva, por melhorias imediatas nas suas condições. (LARGO DA BATATA)

Depois desses mais de dois anos de ocupação, diversas atividades já ocorreram no Largo, envolvendo “conversas sobre a memória do local, construção de bancos para a praça, jogos de rua, oficinas de bike, de jardinagem, de fotografia, saraus, intervenções artísticas, atrações musicais e muito mais.” (LARGO DA BATATA). As ações e ocupações são organizadas pelo coletivo, que também dão suporte para iniciativas e propostas de atividades gratuitas e públicas de outras pessoas interessadas.

#### Construção de mobiliários:



Figura 16: Batatas-banco experimentais construídos em ação do dia 16/01/2015  
Fonte: Site Largo da Batata - <http://largodabatata.com.br/wp-content/uploads/2015/06/batata51e.png>

### Rodas de conversas:



Figura 17: Roda de conversa sobre “Espaço de conforto – arquitetura, sustentabilidade e design do mobiliário urbano da cidade”, dia 27/02/2015.  
Fonte: Site Largo da Batata - <http://largodabatata.com.br/wp-content/uploads/2015/06/batata57e.png>

### Eventos:



Figura 18: Evento de comemoração de 1 ano dA Batata Precisa de Você. Dia 09/01/2015.  
Fonte: Site Largo da Batata - <http://largodabatata.com.br/wp-content/uploads/2015/06/batata50b.png>

## Intervenções:



Figura 19 – (a) Intervenção artística: faixa de pedestres. <http://largodabatata.com.br/wp-content/uploads/2015/06/batata64e.png> (b) inauguração da Batatoteca, dia 27 de março - <http://largodabatata.com.br/wp-content/uploads/2015/06/batata61d.png> (c) mesa de ping pong, dia 27/03/2015 - <http://largodabatata.com.br/wp-content/uploads/2015/06/batata61k.png>

## Manutenção de canteiros e árvores - ação voluntária permanente



Figura 20: manutenção da vegetação.  
Fonte: site Largo da Batata

## Shows:



Figura 21: Noite de forró.  
Fonte: Site Largo da Batata -  
<http://largodabatata.com.br/wp-content/uploads/2015/06/batata62b.png>

Além de todas as ações envolvendo participação comunitária, mutirão, ocupação e apropriação do espaço público, o coletivo desenvolveu uma publicação, intitulada “Ocupe Largo da Batata: como fazer ocupações regulares no espaço público”, com o objetivo de registrar as ações realizadas no Largo da Batata e auxiliar as atividades de qualquer indivíduo ou grupo que tenha interesse em participar da transformação da sua cidade. O guia conta com um pequeno histórico da região e do espaço, explica a importância do projeto A Batata Precisa de Você e o Manifesto do coletivo.

O processo de construção das cidades e seus espaços públicos ainda é hoje pautado por projetos de larga escala, sem a participação dos cidadãos em sua implementação. Se considerarmos que o valor do território equivale ao seu valor de uso, e não apenas ao seu valor comercial, a atenção volta-se para a construção social do espaço. Neste contexto, o processo torna-se tão

importante quanto o projeto. O que propomos, hoje, no Largo da Batata é que ele seja um território piloto e sua construção, experimental, processual e participativa. (OCUPE..., 2015)



Figura 22: Manifesto A Batata Precisa de Você.  
Fonte: Site Largo da Batata.

A metodologia utilizada pelo grupo baseia-se, de forma resumida, em: observar o entorno; identificar o território e suas potencialidades; fazer um diagnóstico participativo; elencar as prioridades de acordo com a sua viabilidade; articular interessados em participar e estipular frequência dos encontros; elaborar estratégias de comunicação interna e externa; manutenção e o cuidado.

Além disso, o guia apresenta uma variedade de conteúdos, que passam por referências conceituais, referências reais de outros grupos de ocupação e projetos colaborativos, métodos utilizados nas ações e atividades, e textos explicativos sobre a importância do envolvimento social e apropriação dos espaços públicos como nova forma de utilização das cidades.

Dentre os métodos citados no guia, podemos destacar o urbanismo tático, que compreende “movimentos que utilizam projetos rápidos, compactos ou temporários para demonstrar a possibilidade e o potencial de mudanças em larga

escala e a longo prazo no espaço urbano” (OCUPE..., 2015). Nesse projeto, isso foi alcançado principalmente pelo incentivo cultural da área, como atividades de esporte, cultura e lazer e pela criação de mobiliários urbanos e intervenções temporárias que possibilitem o conforto, permanência e convivência.

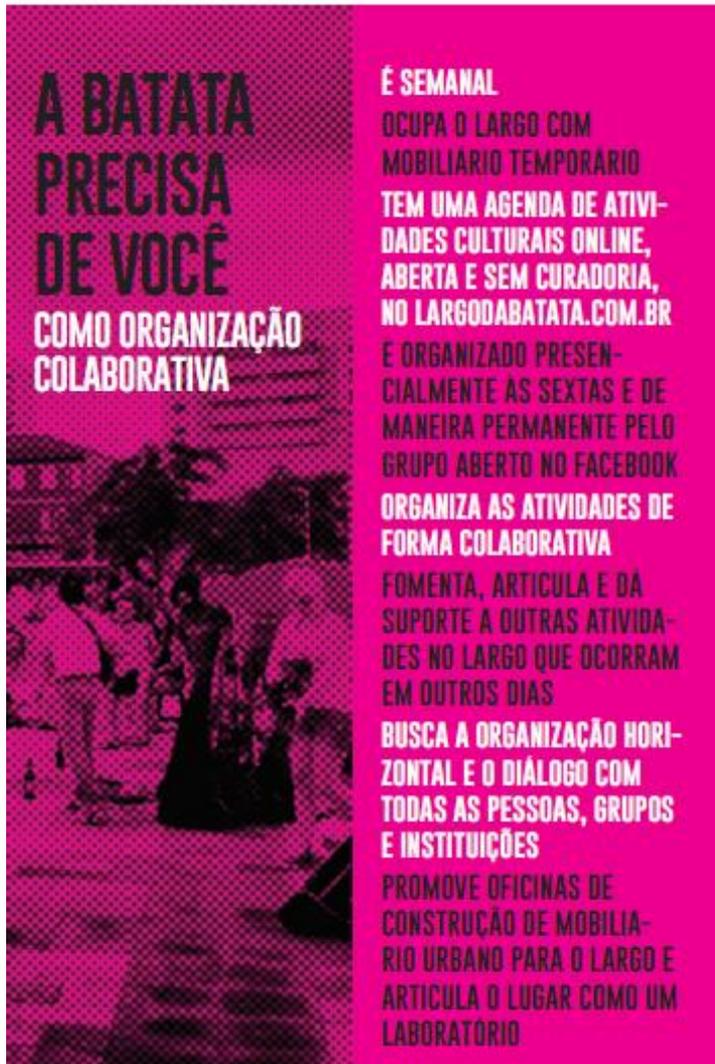


Figura 23: Ações e Organização do grupo.  
Fonte: OCUPE... 2015

A iniciativa do grupo A Batata Precisa de Você vem, de maneira consistente, mostrar que a articulação e auto-gerenciamento de moradores e grupos de cidadãos pode ser uma solução dentro das alternativas de apropriação do espaço e construção democrática de nossas cidades. Ações pontuais, simples e pautadas no coletivo e no colaborativismo funcionaram de modo a recuperar um espaço perdido na cidade de São Paulo. O projeto urbano tradicional, nesse estudo de caso, ficou evidente em sua ineficiência em qualidade, em promover a utilização do espaço e

em ouvir as necessidades dos usuários. E o sucesso do coletivo como organizador para reverter essa situação tornou-se também marcante e um caso de sucesso, utilizando metodologias simples, baseadas na escuta e liberdade ao cidadão.

### **3.3 Uma síntese dos estudos de caso - ações e metodologias**

Percebemos com essa breve abordagem, a diversidade de formatos e metodologias participativas existentes para serem trabalhadas dentro do campo profissional da arquitetura e urbanismo, mesmo que os exemplos citados correspondam a um pequeno percentual das ações praticadas.

O importante, no momento da escolha ou criação de uma metodologia a ser utilizada, é ter claro que o processo de participação deve ser adaptado à realidade do local e da população, e dependerá diretamente da cultura, vivência, valores e particularidades do espaço e dos usuários. Tentar aplicar estratégias e formatos rígidos pode não funcionar muito bem, quando nos deparamos com realidades diferentes em cada região, cidade ou bairro.

Assim, é possível garantir que o desenho objetivo existe. Circunstancial, não universal, mas existe. Nas palavras de Boano, "o urbanismo participativo não existe como modelo". Isso significa que não é possível gerar um modelo de participação universal que possa ser replicado em todos os lugares. A participação será sempre tão contingente como o meio na qual se desenvolve, compreendendo que, inclusive sob as mesmas condições, ela possa gerar processos distintos. (GUSMÂN, 2016).

Com os exemplos estudados, podemos tirar algumas conclusões. A primeira percepção é quanto à escala de participação do usuário. Dentre todos os exemplos apresentados, há divergências entre o momento que o usuário está participando (apenas no planejamento, no planejamento e execução, ou apenas na execução) e conseqüentemente na profundidade desse envolvimento. Mais uma vez fica evidente que a definição desse formato deve estar de acordo com o contexto a ser trabalhado e não há certo ou errado, ou metodologia que seja melhor que outra.

Independente das diferenças encontradas, percebemos que "saber ouvir" apresentou-se como um ponto chave, presente em todos os métodos estudados. Todos os exemplos baseiam seus projetos em métodos que valorizam a escuta e os diagnósticos visando compreender os anseios, necessidades, desejos e sonhos

daqueles que de fato usufruirão do espaço, o que se torna fator essencial para sucesso do processo. O projeto num espaço público, objeto deste trabalho, deve ser construído pela comunidade e o arquiteto pode se tornar o articulador com esse olhar atento. Adotar essa prática traz o empoderamento aos moradores do local e o mais importante, senso de pertencimento e orgulho por aquilo que está sendo feito, contribuindo de forma direta para a aprovação e apropriação posterior do espaço.

Outro ponto que merece destaque é a importância do envolvimento daquele que conduz o projeto com o usuário e a população participante do processo. Estabelecer empatia, conexões verdadeiras e um entendimento real acerca da situação, do contexto e da comunidade com os quais se vai trabalhar é fator importante defendido em todas as práticas vistas.

O bom desenho ou projeto urbano, por si só, não garante o sucesso do espaço e a participação é um dos caminhos que facilitam o processo de aceitação e apropriação. A construção formal do território, através dos projetos tradicionais, apresenta-se cada vez mais distante do interesse coletivo. Construídos de cima para baixo, esses projetos não representam o usuário final e o resultado muitas vezes pode não vir a agradar aquele que o utilizará. Assim, os novos formatos vigentes de construir o espaço público e a cidade, de forma democrática, participativa e que reflitam os desejos daqueles que os utilizam, tornam-se uma alternativa interessante e que ainda podem ser mais explorados no campo do urbanismo brasileiro.

Não devemos esquecer que o desenho participativo não é garantia de êxito. A construção da cidade é um processo iterativo, cheio de acertos e fracassos. Apesar disso, a participação deve ser, não mais um adendo dos processos de transformação urbana, mas um elemento chave que permita vincular todas as formas de vida que se dão dentro da cidade com sua construção. (GUSMÁN, 2016).

Como todo processo, a busca pela aplicação de projetos participativos está acontecendo e tem se apresentado como uma alternativa mais viável e mais propensa ao acerto do que os projetos urbanos tradicionais. Principalmente em áreas menos valorizadas e onde o poder público atua com menos intensidade e com mais dificuldade, esses novos modelos têm apresentado bom funcionamento e bons resultados. Entretanto, não há garantias de sucesso e nem certeza de que esse possa ser o melhor método de trabalho ao se tratar de projetos públicos. Com mais

tempo e maior frequência dessas práticas, poderemos ter uma maior amostragem e profundidade, e conseqüentemente melhor análise a respeito dessas ações e seus resultados.

## 4. Bairro Santa Paula

A última etapa do presente trabalho consistiu em definir uma área de trabalho para que se possa atuar no campo do projeto participativo em espaços públicos para o Trabalho de Conclusão de Curso II.

A área escolhida foi o bairro Santa Paula, localizado na zona leste do município de Juiz de Fora - MG, e que faz parte da região urbana do Progresso, que envolve os bairros Progresso, Marumbi e Santa Paula.



Figura 24: Mapa de localização da Região Urbana Progresso, na Zona Leste da cidade, em relação ao centro de Juiz de Fora.  
Fonte: Adaptado do Google Maps.

Região Urbana - PJF	RU - PJF/IBGE	Bairros e/ou Loteamentos Componentes	Área/ hectare	População 2000	Densidade 2000	Crescimento 1996-2000
61	Botanágua	Botanágua	11	1347	122,5	4,42%
62	São Bernardo	São Bernardo, Jardim do Sol, Bosque dos Pinheiros, Belvedere	114	3541	31,1	1,26%
63	Cesário Alvim	Cesário Alvim	13	1091	83,9	-5,46%
64	Vitorino Braga	Vitorino Braga, Santos Anjos, Jardim Vitorino, Ladeira	64	4263	66,6	7,79%
65	São Benedito	São Benedito, Vila Alpina, Santa Cândida, São Sebastião, Parque ABC	143	14407	100,7	3,25%
66	Grajaú	Grajaú, Alto Grajaú, São Tarcísio	59	6420	108,8	-3,88%
67	Linhares	Linhares, Bom Jardim, Três Moinhos, Yung, Residencial Jardim das Flores, Recanto das Pedras	521	10755	20,6	4,04%
68	Santa Rita	Santa Rita	59	5448	92,3	5,15%
69	N. S. Aparecida	N. S. Aparecida	40	6612	165,3	1,41%
70	Manoel Honório	Manoel Honório	50	6374	127,5	-0,89%
71	Bonfim	Bonfim	26	2742	105,5	-5,97%
72	Bairú	Bairú, Alto Bairú, Vila Sozzi	35	4461	127,5	0,79%
73	Progresso	Progresso, Marumbi, Santa Paula	241	16986	70,5	7,67%

Fonte: IBGE/2003

Tabela 01: Dados da região urbana de Santa Paula. Ano: 2003.

Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora. [https://pjf.mg.gov.br/cidade/mapas/mapa\\_leste.php](https://pjf.mg.gov.br/cidade/mapas/mapa_leste.php)

Com um tamanho reduzido e configurando-se como um bairro final da zona leste, muitas vezes Santa Paula não é reconhecido ou então é referenciado como Progresso. A divisão entre os bairros dessa região urbana não é clara, há poucas placas ou indicações que conduz ao bairro e nenhuma que informa a sua chegada; endereços postais e entregas de correios muitas vezes o classificam como Progresso, e quase não se encontram informações na internet a respeito da área quando se procura por Santa Paula.

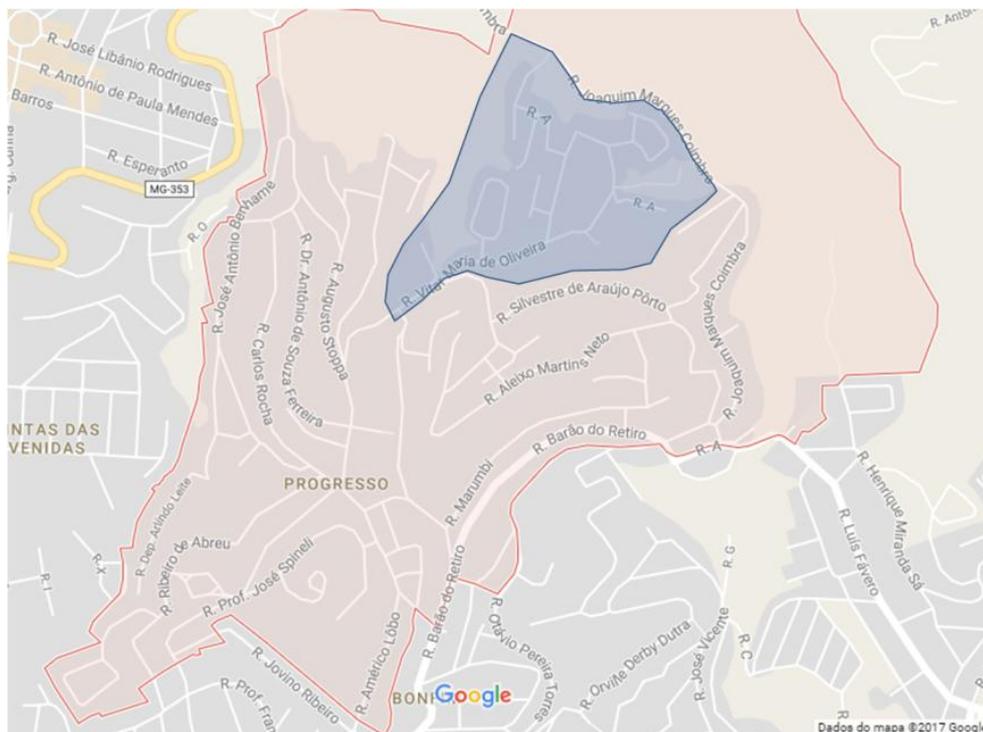


Figura 25: Santa Paula dentro da Região Urbana do Progresso, configurando como bairro final.  
Fonte: Google Maps. Demarcação do bairro feita de acordo com informações dadas pelos moradores.

A delimitação do bairro por parte de características morfológicas, tipológicas ou de ambiência urbana também é difícil de ser definida. Santa Paula apresenta-se como uma extensão do bairro Progresso e a distinção de limites entre os dois não é legível. Por sua localização final, ele possui apenas uma entrada principal com chegada pelo próprio Progresso e uma pequena saída de acesso para o bairro Vivendas da Serra que não é muito utilizada. A região fica localizada em um vale, num ponto mais baixo, cercado por acíves.

O momento em que a leitura de configuração de um novo bairro torna-se um pouco mais clara é quando se chega ao núcleo principal de Santa Paula, definido por duas ruas principais na parte mais plana do bairro. A partir delas, ramificam-se outras ruas menores, ocupando principalmente a área dos morros e sendo geralmente sem saída.

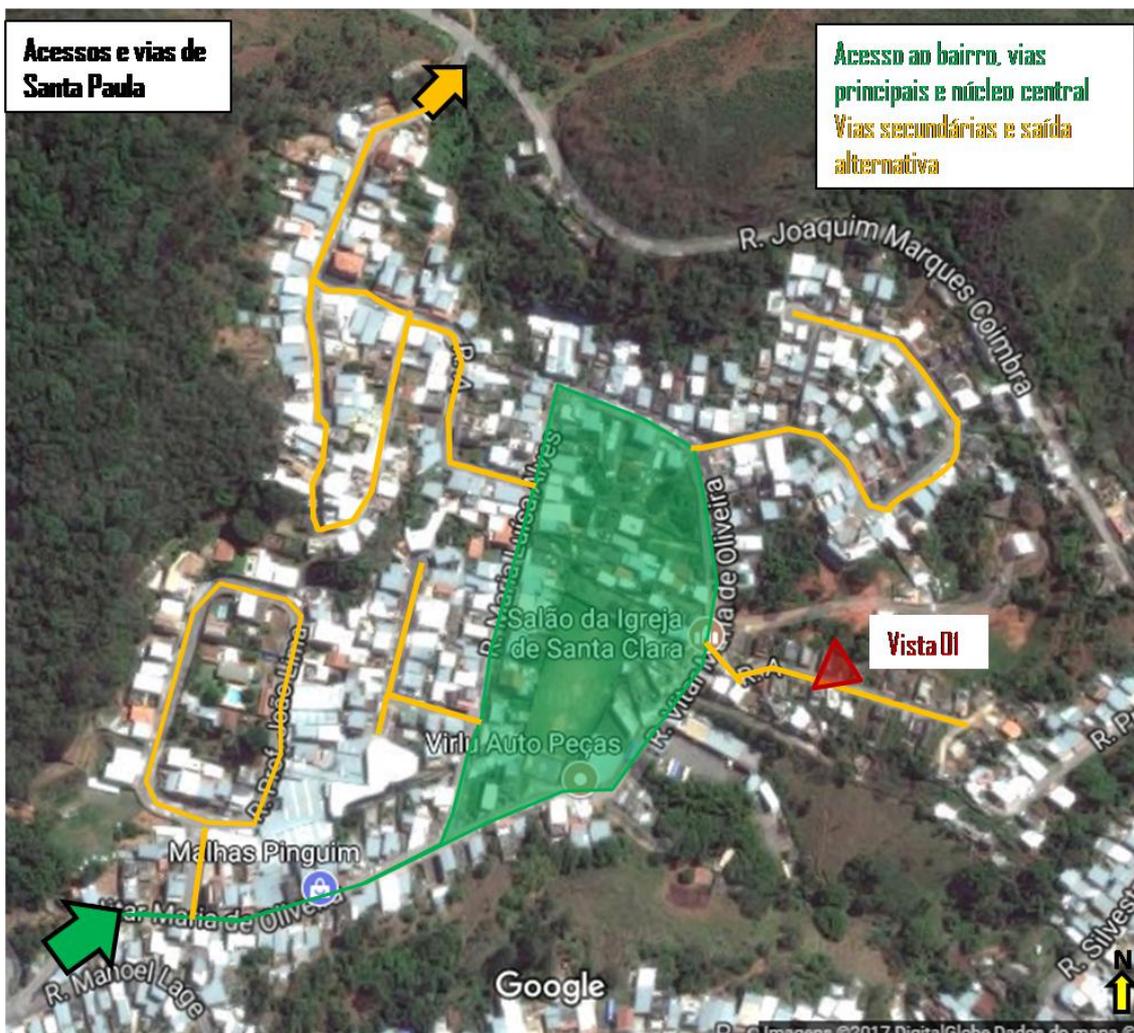


Figura 26: Acessos e hierarquia de vias em Santa Paula.  
 Fonte: mapa alterado a partir do Google Maps.



Figura 27: Vista 01: Localização num vale, bairro final.  
 Fonte: Arquivo próprio. 25/06/2017

## **2.1 Escolha do Bairro Santa Paula**

A escolha pelo bairro teve como ponto de partida a minha relação com a área. Como não moradora de Juiz de Fora, Santa Paula foi uma das poucas regiões que eu tive contato e que estabeleci uma vivência dentro da cidade, por conta de conhecidos. Passei em torno de quatro anos convivendo e visitando o bairro, o que me deu insumos suficientes para que eu partisse para uma análise do cenário e dos critérios que gostaria de trabalhar nesse presente projeto.

De acordo com o que foi analisado neste trabalho, a respeito das relações da cidade formal e informal, da carência de atenção pelo poder público, da importância dos espaços livres urbanos para vitalidade de uma comunidade, das alternativas dos projetos participativos para transformação do espaço poderia ter muito potencial para o desenvolvimento posterior do projeto.

### **2.1.1 Características Urbanas**

Uma das primeiras abordagens nesse estudo foi entender a diferença social existente dentro do espaço urbano, com a divergência de investimentos e atenção por parte do poder imobiliário e do poder público de acordo com o território urbano de interesse. O bairro Santa Paula não se configura como favela ou periferia, de acordo com o senso comum, tanto em questões de desenho e estética urbana, quanto em condições socioeconômicas dos moradores. Entretanto, não representa um bairro hierarquicamente importante, central ou que vive sob um olhar mais atento e sob as preocupações da administração pública, nem sequer valorizado pelas classes de maior poder econômico.

Muitas vezes, não reconhecido, indicado ou citado, ele torna-se invisível perante os cidadãos juizforanos. Apesar do potencial espaço público existente e infraestrutura urbana que atende a condições razoáveis de qualidade de vida, vemos que a manutenção e o investimento no bairro por parte do poder público ainda são deficientes em muitos momentos.

O bairro é dotado de boa infraestrutura urbana, no que compete à pavimentação, redes de luz, água e esgoto. As exceções maiores, nesses quesitos,

foram encontradas na Travessa Alzira Moreira de Souza e numa área definida como Microárea de Exclusão Social pelo Atlas Social de Juiz de Fora (irregular e invadida). A definição do enquadramento nessa área leva em conta três aspectos: infraestrutura urbana, habitação e condição socioeconômica; que abrangem itens como saneamento, acessibilidade, serviços urbanos, densidade populacional, titularidade de terra, moradias em áreas de risco, entre outros.



Figura 28: Microárea de exclusão social – Rua Serra Verde, Santa Paula.  
Fonte: Atlas Social de Juiz de Fora



Figura 28: Travessa Alzira Moreira de Souza.  
Fonte: Arquivo próprio. 27/06/2017

Todo bairro é provido de rede de água e esgoto, apesar da presença de um curso d'água onde muitos resíduos domiciliares são despejados e que fica próximo a algumas residências. Em raros momentos na história do bairro o córrego chegou a transbordar, devido ao despejo de lixo em locais inapropriados somado a um intenso período de chuvas, mas esse não é um problema que ocorra normalmente.



Figura 29: Curso d'água com despejo de esgotos no bairro, próximo à residências.

Fonte: arquivo próprio. dia 25/06/2017

O bairro é asfaltado, mas tanto seus passeios quanto as ruas apresentam calçamentos irregulares e que necessitam de regularização e manutenção. A iluminação pública, apesar de existente em toda a área, em vários locais apresenta-se de forma insuficiente.



Figura 30: Calçamento irregular.  
Fonte: Arquivo próprio. 25/06/2017.



**Calçamento irregular e iluminação pública deficiente.**

Figura 31: Calçamento irregular e iluminação pública ineficiente.  
Fonte: Arquivo próprio. 27/06/2017.

Sua localização é relativamente próxima ao centro e os moradores do bairro contam com sistema de transporte público que atende de forma razoável às suas necessidades. Santa Paula é provido de 5 linhas de ônibus, que também atendem aos moradores dos bairros próximos (Progresso, Marumbi, Bonfim, entre outros), já que se configura como bairro final e inclusive onde se encontra a garagem da empresa. O tempo de espera é pequeno e o trajeto é feito rapidamente, em horários normais, com exceção aos horários de pico, quando o trajeto se torna bem mais lento, os ônibus passam a ficar lotados e há dificuldade de retorno ao bairro.



Figura 32: ponto final de ônibus no bairro.  
Fonte: arquivo próprio. 25/06/2017

O bairro é predominantemente residencial. Pequenos comércios surgem pontualmente em meio às residências, principalmente padarias, bares e mercadinhos, mas em número bem reduzido e apenas no núcleo principal do bairro. Salão de beleza, vidraçaria, serralheria, oficinas e prestadores de serviços são percebidos no bairro, em unidade e tamanhos muito pequenos e informais.



Figura 33: Pequenos comércios e serviços.  
Fonte: arquivo próprio. 27/06/2017

O bairro não possui edificações de uso escolar, de saúde ou instituições públicas e esses tipos de serviços são prestado pelo bairro adjacente, o Progresso. No Santa Paula fica localizado a Indústria e Comércio de Malhas Pinguim, fábrica do setor têxtil responsável por absorver trabalhadores do bairro e também de outras regiões de Juiz de Fora, configurando-se como o principal gerador de empregos do bairro.



Figura 34: Malhas Pinguim.  
Fonte: arquivo próprio. 27/06/2017.

O padrão de construção das edificações do bairro possui características muito diversificadas. Variando entre construções de porte pequeno, médio e grande; terrenos individuais e outros multifamiliares; casas com sistemas de segurança e bons acabamentos próximas de construções inacabadas e precárias. Esse cenário representa também a grande variedade socioeconômica dos moradores de Santa Paula. Percebe-se a diversidade na população ali residente, em relação ao poder aquisitivo, nível de escolaridade e emprego e renda.



Figura 35: Padrões de construção no bairro.  
Fonte: arquivo próprio. 25/06/2017.



Figura 36: Padrões de construção no bairro.  
Fonte: arquivo próprio. 25/06/2017.

### 2.1.2 O uso do espaço público

A vitalidade urbana nos espaços públicos de Santa Paula possui algumas particularidades interessantes. Durante a semana o movimento nas ruas do bairro é pequeno. Adultos, pais com seus filhos e até crianças sozinhas transitam entre seus afazeres diários e andam nas ruas por questões de deslocamento entre serviço, escola, padaria e suas casas. Os horários de maior movimento inclusive coincidem com o início e fim do horário comercial.



Figura 37: Horário de movimento no bairro. 17h do dia 27/06.  
Fonte: Arquivo próprio.

No fim de semana a área central do bairro adquire uma nova vivência. A parte central do bairro possui um campo de futebol, uma quadra e uma pequena praça, onde se percebe a presença de crianças durante quase todo o dia usufruindo do espaço. Seja empinando pipas, jogando bola, correndo na quadra ou brincando entre si, nos sábados e domingos podemos ver a movimentação deles nesse espaço. O espaço disponível atrai inclusive jovens e crianças de bairros próximos, que não possuem local adequado para lazer como esse existente no Santa Paula.



Figuras 38 e 39: Uso do espaço principal do bairro pelas crianças, ao fim de semana.  
Fonte: Arquivo próprio. 25/06/2017.

Além da utilização do campo e da quadra, nos fins de semana é perceptível a presença de crianças brincando nas ruas do bairro também, em pequenos grupos, e na maioria das vezes sem a supervisão de um adulto.



Figuras 40, 41 e 42: Crianças brincando nas ruas de Santa Paula.  
Fonte: Arquivo próprio. 25/06/2017.

É característico de Santa Paula, provavelmente pelo tamanho e formação cultural do bairro, o reconhecimento que os moradores têm entre si. Eles reconhecem se as pessoas são dali ou de fora do bairro, e os cumprimentos entre pessoas que se cruzam nas ruas são constantes. E é também no final de semana que vemos a presença desses moradores usufruindo um pouco mais dos espaços do bairro. Bares movimentados, que se apropriam das calçadas e algumas pessoas se encontrando, conversando e até mesmo sentadas nas ruas.



Figura 43: Bar no domingo, dia 25/06/2017, ocupando a rua.  
Fonte: Arquivo próprio.



Figuras 44 e 45: interação e conversas na calçada.  
Fonte: Arquivo próprio. 25/06/2017.

Algo perceptível e que contribui para a apropriação das ruas e calçadas é o pequeno fluxo de veículos no bairro, em qualquer dia da semana. Muitos moradores utilizam o transporte público e a condição econômica e a pequena densidade populacional proporciona um pequeno número de veículos particulares circulando também.

A parte central, onde se encontra o campo, a quadra e a praça, é sem dúvidas, o melhor espaço potencial para articulação social dos moradores e como

espaço de lazer, apesar de ser muito pouco explorado. Antes de propriedade particular, agora o espaço se tornou público, mas permanece a manutenção deficiente.

Durante a semana, ocorre atualmente uma escola de futebol no campo e nos finais de semana jogos e campeonatos são frequentes. Notadamente, pode-se perceber que o espaço é utilizado essencialmente pelas crianças e a presença de outras faixas etárias são raras. Moradores relatam que costumavam ser mais frequentes eventos, pequenos shows e encontros na quadra e na praça, que envolviam adultos e famílias. Hoje em dia, isso se perdeu muito.



Figura 46: Jogo de futebol no campo aos finais de semana.  
Fonte: Alcides Dutra. Sem data.

A questão de segurança é um ponto delicado no bairro. Santa Paula não tem problemas de violência urbana, casos de assalto são raros e percebe-se pelas próprias residências que isso não é uma questão tão preocupante. Crianças voltam sozinhas da escola e a utilização do espaço aos fins de semana por elas, sem companhia de responsável, demonstram na prática esses dados. Mas foi percebido e relatado por alguns moradores o incômodo e a insegurança com moradores de outras localidades que ficam próximos à área central do bairro consumindo drogas. Essa situação mostrou-se bastante incômoda e preocupante por parte dos

moradores de lá. O fato de todos se conhecerem minimiza um pouco o problema, já que os próprios moradores sabem identificar pessoas estranhas e ajudam a vigiar as ruas.

## **2.2 Potenciais de trabalho**

Santa Paula possui um grande potencial de trabalho pelo espaço de lazer livre e público pertencente ao bairro na sua área central. É um local que atualmente funciona abaixo das suas capacidades de integração e envolvimento de usuários, tornando-se subutilizado, mal apropriado, com qualidade ruim e pouco atrativo pela falta de manutenção constante. A possibilidade de desenvolver um projeto que envolva os moradores para transformação e apropriação daquela área parece promissora.

Importante foi também avaliar o envolvimento e participação que os moradores do bairro poderiam vir a ter com o projeto. Foi identificada uma associação dos moradores em Santa Paula, mas com baixa atuação e pouca representatividade dentro do bairro atualmente. Entretanto, em contato com outros residentes de lá, foi possível perceber algumas figuras e lideranças reconhecidas e significativas entre eles.

O bairro carrega algumas características sociais de pequenas cidades e comunidades, onde se percebe um certo grau de convivência entre os moradores, que se conhecem e permitem uma facilidade de articulação entre si. Outro destaque que influencia diretamente nas relações sociais do bairro é a presença da Igreja Santa Clara, como importante instituição e articulador entre os moradores do bairro. Com uma presença forte, a Igreja agrega e envolve, tanto pelo interesse religioso quanto pela organização de festas e eventos no bairro. Além disso, ela também possibilita a utilização do seu salão para moradores do bairro como espaço para encontros, reuniões e até mesmo festas de aniversário.



Figuras 47, 48 e 49: Igreja Santa Clara e eventos organizados pela Instituição.  
Fonte: arquivo próprio. 25/06/2017.

Diante do que foi colocado, a respeito de espaços com características urbanas e sociais distintas, e pelo método de trabalho escolhido com uma abordagem participativa e mais intimista, a escolha de Santa Paula demonstrou-se interessante pela possibilidade de atuação num bairro pouco valorizado e com potencial para transformação, além da vivência, conhecimento e facilidade de acesso que eu teria para dar prosseguimento do trabalho. A presença de lideranças e organizações que possam promover a articulação entre todos os moradores também é outro fator importante que possibilita e auxilia nos próximos passos para o TCC II.

## Considerações finais

Procuramos entender, ao longo desse estudo, as consequências da urbanização brasileira para as condições sociais e territoriais que são encontradas nas nossas cidades. Além disso, buscamos abarcar possibilidades de atuação do arquiteto dentro dessa ótica, focando no trabalho com espaços públicos na nossa cidade, por meio de métodos projetuais alternativos que possibilitem transformar a população em agentes de construção das nossas cidades.

Uma vez compreendido esse aporte teórico, buscamos nos aproximar da área de estudo para posterior desenvolvimento do projeto urbano participativo, no TCC II. Santa Paula, devido às suas características territoriais, sociais e econômicas, apresentou-se como um bairro em potencial para aplicação do conteúdo e possibilidades práticas aqui vistas.

O espaço público presente no bairro pode tornar-se o foco da intervenção e também o espaço de trabalho e articulação com os moradores. O apoio da Igreja Santa Clara e a aproximação com alguns moradores que apresentam certa representatividade dentro do bairro será o próximo passo para viabilizar a continuidade do projeto, em paralelo com uma análise urbana aprofundada da área, para melhor entendimento das características territoriais, morfológicas, estéticas e de ocupação. A metodologia de trabalho poderá ser traçada a partir do momento que a compreensão do bairro e o envolvimento com os moradores tornarem-se mais sólida.

## Bibliografia

ABREU, Christiane Silva de. Favelas em Juiz de Fora: a ocultação do fenômeno. **Libertas**, Juiz de Fora, v.10, n.1, p. 143 - 167, jan-jun / 2010.

BARATTO, Romullo. **Prefeitura de São Paulo instala mobiliário urbano no Largo da Batata**. 16 Set 2016. ArchDaily Brasil. Disponível em <<http://www.archdaily.com.br/br/795142/prefeitura-de-sao-paulo-instala-mobiliario-urbano-no-largo-da-batata>>. Acesso em 18 Set 2016.

BENFIELD, F. Kaid. **Como a herança arquitetônica forma nossa experiência de lugar**. Huffpost, 12 de julho de 2014. Disponível em <[http://www.brasilpost.com.br/f-kaid-benfield/heranca-arquitetonica\\_b\\_5579628.html](http://www.brasilpost.com.br/f-kaid-benfield/heranca-arquitetonica_b_5579628.html)>. Acesso em 23 de novembro de 2017.

BERETTA, Bibiana; ANDRADE, Jaqueline. **Reflexões conceituais: o espaço livre público como o espaço da experiência**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇOS PÚBLICOS, 1., 2015, Porto Alegre, 2015.

BID. Curso Liderando o Desenvolvimento Sustentável das Cidades: **Sustentabilidade Urbana na América Latina e Caribe**. Traduzido de Banco Interamericano de Desenvolvimento (2011): Sostenibilidad Urbana en América Latina y el Caribe. Washington DC: BID.

BOUCINHAS, Caio. Espaço Público e Projeto Participativo. **Cidade: Impasses e Perspectivas**. Organização Maria Lúcia Gitahy e José Tavares Correia de Lira - São Paulo: FAU/Annablume/FUPAM, 2007. 320 p.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, 2013. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68707/71287>>. Acesso em 18 de abril de 2017.

BRASIL. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. 2. ed., atual. Brasília: Senado

Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. Disponível em <<http://www.geomatica.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Estatuto-da-Cidade.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2017.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos**: Curso I - O Ministério das Cidades: estruturas e políticas sob sua responsabilidade”; Programa Nacional de Capacitação das Cidades, Turma 4/2016.

CAVALCANTE, Lis e MORAIS, Mariana. **10 estratégias para mudança a partir da participação social**. 21 de junho de 2016. COURB - Instituto de Urbanismo Colaborativo. Disponível em <<http://www.courb.org/pt/10-estrategias-para-promover-mudanca-a-partir-da-participacao-social/>>. Acesso em 30 nov 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 1995.

ESTEVES, Caio. **Participação social e place branding: missões para as novas gestões municipais**. ArchDaily Brasil, 10 de fevereiro de 2017. Disponível em <<http://www.archdaily.com.br/br/805019/participacao-social-e-place-branding-missoes-para-as-novas-gestoes-municipais>>. Acesso em 11 de abril de 2017.

GATTI, Simone. **Espaços Públicos: Diagnóstico e metodologia de projeto**. Coordenação do Programa Soluções para Cidades – São Paulo, ABCP, 2013.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GUZMÁN, José Manuel. **Superando o clichê da "participação"** [Superando el cliché de la “participación”]. ArchDaily Brasil, 15 de outubro de 2016. (Trad. Brant, Julia). Disponível em <<http://www.archdaily.com.br/br/797134/superando-o-cliche-da-participacao>>. Acesso em 7 Jun 2017.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em <<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>>. Acesso em: 19 de maio de 2017.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura**. Tradução Carlos Eduardo Lima Machado. 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso em: 03 de novembro de 2016.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JACQUES, Paola Berenstein. **Corpografias urbanas**. Vitruvius: Arqutextos, nº 093.07, ano 08, fevereiro de 2008. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/08.093/165>>. Acesso em 08 de junho de 2017.

JUIZ DE FORA (Minas Gerais). **Lei n.º 6908**, de 31 de maio de 1986. Dispõe sobre o parcelamento do solo no Município de Juiz de Fora. Disponível em <[http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c\\_norma.php?chave=0000019206](http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000019206)>. Acesso em: 23 de junho de 2017.

JUIZ DE FORA. Prefeitura de Juiz de Fora. **Atlas Social – Juiz de Fora: Diagnóstico**. Gisele Machado Tavares (org); Juiz de Fora (MG): Prefeitura de Juiz de Fora, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LERNER, Jaime. **Acupuntura Urbana**. São Paulo: Record, 2003.

MACÊDO, Amanda Florêncio de; ALMEIDA, André Moraes de. **O espaço público frente ao urbanismo tático: o caso das Praias do Capibaribe**. 1º Congresso Internacional Espaços Públicos, Porto Alegre: 2015. Disponível em <[http://www.academia.edu/20087380/O\\_espa%C3%A7o\\_p%C3%BAblico\\_frente\\_ao\\_urbanismo\\_t%C3%A1tico\\_o\\_caso\\_das\\_Praias\\_do\\_Capibaribe](http://www.academia.edu/20087380/O_espa%C3%A7o_p%C3%BAblico_frente_ao_urbanismo_t%C3%A1tico_o_caso_das_Praias_do_Capibaribe)>. Acesso em 04 de maio de 2017.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. 5. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

NAKANO, Kazuo. Para unir o urbano dividido. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 05 de março de 2010. Disponível em <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=633>>. Acesso em: 08 nov 2016.

NAKANO, Kazuo. **Polêmica no uso do espaço público**. Entrevista concedida ao Jornal da Gazeta, em 6 de setembro de 2012. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=oQDIKIO4aA>>. Acesso em: 10 nov 2016.

NOGUEIRA, Priscilla Silva. **Práticas de arquitetura para demandas populares: a experiência dos arquitetos da família**. 2010. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

**OCUPE LARGO DA BATATA**: como fazer ocupação regulares no espaço público, 2015. Disponível em <<https://issuu.com/laurasobral/docs/publicacaobatata-final-web>>. Acesso em 12 maio 2017.

RIO ACADEMY. **Série Espaço Urbano**, 2015. Disponível em <[https://www.youtube.com/playlist?list=PL0xRXAmekrFArekmwtTn\\_ihy98yF5fNZT](https://www.youtube.com/playlist?list=PL0xRXAmekrFArekmwtTn_ihy98yF5fNZT)>. Acesso em 25 de novembro de 2016.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. Coleção Primeiros Passos.

SABOYA, Renato T. **Fatores morfológicos da vitalidade urbana – Parte 1: Densidade de usos e pessoas**. ArchDaily Brasil, 18 de novembro de 2016. Disponível em <[http://www.archdaily.com.br/br/798436/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-1-densidade-de-usos-e-pessoas-renato-t-de-saboya?utm\\_medium=email&utm\\_source=ArchDaily%20Brasil](http://www.archdaily.com.br/br/798436/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-1-densidade-de-usos-e-pessoas-renato-t-de-saboya?utm_medium=email&utm_source=ArchDaily%20Brasil)>. Acesso em 26 de março de 2017.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

TANSCHKEIT, Paula. **A relação entre a felicidade e a velocidade nas cidades**. 04 Nov 2016. ArchDaily Brasil. Disponível em <<http://www.archdaily.com.br/br/798534/a-relacao-entre-a-felicidade-e-a-velocidade-nas-cidades>>. Acesso em 23 Jun 2017.

ZABOTTI, Ana. **Espaços Públicos e Identidade Urbana**, 19 de julho de 2016. Disponível em <<http://www.atelieurbe.com/single%C2%ADpost/2016/07/19/Espa%C3%A7os%C2%ADP%C3%ABlicos%C2%ADe%C2%ADIdentidade%C2%ADUrbana>>. Acesso em 18 de outubro de 2016.

Páginas consultadas:

INSTITUTO ELOS. <http://institutoelos.org/>

COURB. <http://www.courb.org/pt/acao-courbana-em-sao-paulo/>

LARGO DA BATATA. <http://largodabatata.com.br/>

ESTUDIO LIVINGSTON. <http://www.estudiolivingston.com.ar/index.php>

## **Anexos**

**Anexo 01** – Aplicação da Metodologia de Livingston por Priscilla Nogueira.

## Laura e Ulisses



FIGURA 6 – [Fachada atual da residência de Laura e Ulisses, bairro São Joaquim, Contagem]  
Fonte: arquivo pessoal da autora, 2008.

A ideia central da minha pesquisa era testar o método de Livingston com clientes reais, a fim de obter uma metodologia de projeto própria. Porém, em meados de 2008, não tinha ideia de como conseguir os clientes. Deparei-me com uma incerteza prática que poderia mudar os rumos da pesquisa, pois se eu não conseguisse clientes, não haveria como testar o método. Eu ficaria sem uma base empírica na qual me apoiar, mesmo tendo acreditado até então que Livingston e seu método seriam um ótimo ponto de partida.

Foi quando minha amiga Mara, então estudante do décimo período do curso de Arquitetura da UFMG, me falou de Laura, mãe de Lígia, sua amiga desde a época do ensino médio. Laura é professora concursada, casada com Ulisses, projetista industrial autônomo. Todos os três filhos estudam ou já estudaram em colégios particulares, sendo que as duas mais velhas já trabalham.

A família mora no bairro São Joaquim, em Contagem, região metropolitana de Belo Horizonte numa casa que, segundo eles, precisava urgentemente de ser reformada ou, melhor dizendo, terminada. Eles não conheciam nenhum arquiteto e acharam que talvez Mara, por ser amiga da família e ainda estar na faculdade, pudesse ajudar de alguma forma, dando ideias ou mesmo fazendo um projeto simples, cobrando mais barato. Laura enfatizou que a família não tinha muito dinheiro nem para pagar um arquiteto nem para gastar com a reforma. Disse não precisar de nada muito elaborado, mas apenas de algumas dicas.

Mara, percebendo que Laura se encaixava perfeitamente no perfil dos clientes que eu procurava, nos colocou em contato. No dia 18 de agosto de 2008 telefonei para o Ulisses e fiz a Pré-entrevista. Expliquei com muita calma e atenção como era o meu sistema de trabalho e pedi que todos os moradores participassem, fizessem seus próprios desenhos e os trouxessem no dia da entrevista. Salientei que a tarefa era extremamente importante para a eficácia do método e o fato de todos os habitantes estarem presentes. Ainda que Ulisses aparentemente tenha ficado surpreso com o método, ele concordou com a proposta e marcou a entrevista para a semana seguinte.

A primeira parte da Entrevista serviu para reiterar como funciona o método. Apresentei então o **Roteiro de Trabalho** e expliquei o que acontece em cada etapa. Esforcei-me em fazê-los compreender a importância de estabelecermos trocas. Cada parte entra com o que tem: atividades, ideias, desenhos e pagamentos. A receptividade me pareceu boa. No entanto, a maior preocupação de Laura continuava sendo com relação aos pagamentos. Quando deixei claro quanto custavam os serviços, Laura e Ulisses ficaram visivelmente mais à vontade, já que passaram a ter conhecimento de quanto gastariam comigo. Falar sobre dinheiro deixou de ser um tabu, pois o assunto foi tocado sem rodeios, com objetividade e ao vivo, sem propostas por escrito.

ROTEIRO DE TRABALHO				
etapa	quando?	onde?	arquiteto →	← cliente
1	26,08	NO ESCRITÓRIO	> ENTREVISTA/CONSULTA: PRIMEIRO CONTATO COM O CLIENTE E COM O TEMA	< R\$50,00; < LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO; < CROQUIS; < COLETÂNEA DE IMAGENS.
2	28,08	NO LOCAL	> REVISÃO DA ENTREVISTA; > ESTUDO DO LOCAL	< R\$50,00
3	10,09	NO ESCRITÓRIO NA CASA	> APRESENTAÇÃO DE OPÇÕES	< R\$150,00 ou < R\$300,00 ou < R\$450,00
4	07,09			< AVALIAÇÃO DAS OPÇÕES ENTREGUES
5	<del>1</del>	<del>NO ESCRITÓRIO</del>	> DEVOLUÇÃO DE OPÇÕES CORRIGIDAS	
<b>PRODUTO A SER ENTREGUE: OPÇÕES COM DESENHOS NA ESCALA 1:100 E PERSPECTIVAS</b> (ESTÃO INCLUIDOS: PROPOSTAS PARA ÁREA EXTERNA E LAYOUT; CUSTOS GERAIS ESTIMADOS; PREVISÃO DE ETAPAS)				
CUSTO MÁXIMO TOTAL FASE 1 = R\$ 550,00 CUSTO MÉDIO TOTAL FASE 1 = R\$ 400,00 CUSTO MÍNIMO TOTAL FASE 1 = R\$ 250,00				
6	12,09	NO ESCRITÓRIO	> DEFINIÇÕES PARA MANUAL DE INSTRUÇÕES	< R\$150,00 ou < R\$300,00 ou < R\$450,00
7	11,10	NO ESCRITÓRIO	> ENTREGA DO MANUAL DE INSTRUÇÕES	
<b>PRODUTO A SER ENTREGUE: MANUAL DE INSTRUÇÕES COM PROJETOS NA ESCALA 1:50 COM PERSPECTIVAS</b> (ESTÃO INCLUIDOS: PLANTAS, CORTES E DETALHES CONSTRUTIVOS COM COTAS, SUGESTÕES DE MATERIAIS DE ACABAMENTO, PONTOS ELÉTRICOS E SUGESTÃO DE MOBILIÁRIO, FITA CASSETE OU CD COM INSTRUÇÕES PARA ACOMPANHAR A LEITURA DOS PROJETOS; SUGESTÃO DE MÃO DE OBRA; DICAS PARA UMA OBRA EFICIENTE).				
CUSTO MÁXIMO TOTAL FASE 2 (EXCETO VISITAS) = R\$ 450,00 CUSTO MÉDIO TOTAL FASE 2 (EXCETO VISITAS) = R\$ 300,00 CUSTO MÍNIMO TOTAL FASE 2 (EXCETO VISITAS) = R\$ 150,00				
AS VISITAS DEVERÃO SER PRÉ-AGENDADAS PELO TELEFONE E COBRADAS NO VALOR DE R\$25,00 / HORA.				
HORÁRIO DE ATENDIMENTO: DE 2. A 6. FEIRA, DE 08:00 AS 18:00.				
tel. 31- 8454- 9886 / email: priscillarquiteta@gmail.com				
ok	Arq. Priscilla Noqueira	BSS	Priscilla	
ok	Sr. LAURA A. TEIXEIRA	BSS		

FIGURA 7 – Roteiro de Trabalho.

Fonte: arquivo pessoal da autora, 2008.

A partir daí, a família, que aparentava estar bastante descontraída, falava livremente sobre o que desejava e pretendia. Mesmo sabendo apontar com clareza o que queriam com o auxílio dos seus próprios desenhos, alegavam ainda precisar de orientação profissional, principalmente no que Ulisses chamou de “aspecto estético”, o que para eles tinha a ver com a posição dos móveis e a escolha de revestimentos.

As necessidades da família, segundo Ulisses, se resumiam em um novo closet para Laura e na ampliação da cozinha, pequena demais para abrigar todos que frequentam a casa. Todos passaram muito tempo falando sobre a história da casa citando, descrevendo e criticando suas preferências. Permitted que a conversa fluísse livremente. Eles apontavam suas próprias contradições e em vários momentos surgiam oportunidades para que eu argumentasse e os questionasse. Meu papel foi basicamente ouvir, argumentar contra possíveis mal entendidos e mediar a conversa para evitar afirmações abstratas como “gosto de janelas grandes”, “prefiro espaços não muito grandes e nem muito pequenos”. Definir com exemplos o que é “bom”, “ruim”, “grande” e “pequeno” é fundamental. Eles chegaram a descrever seus móveis e preferências de layout.

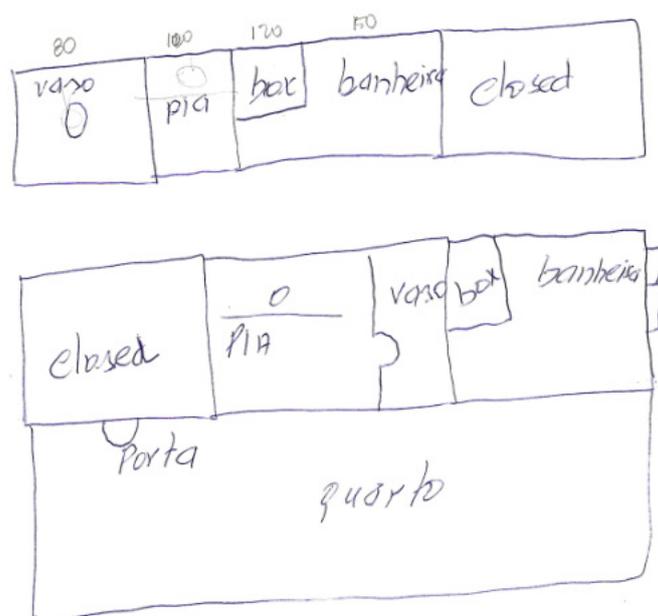


FIGURA 8 – PC da família.

Fonte: arquivo pessoal da autora, 2008.

A família acabou alterando os seus desenhos e, ao final da entrevista, tinha elaborado cinco arranjos diferentes, incluindo outros pontos da casa que antes não tinham sido mencionados. Ao total, foram apontados quatorze problemas e sete desejos. Sempre busquei entendê-los por meio de justificativas concretas, evitando a descrição de sensações e buscando a descrição de situações. Depois de duas horas de entrevista, dei algumas dicas e chamei atenção para algumas possibilidades, como a integração de ambientes. Ao final, percebi que o foco da conversa havia mudado muito. Antes, pouco tinham comentado sobre a cozinha, curiosamente o maior ponto de discussão durante a Entrevista. Deixamos a Visita marcada para dali a três dias.

Na Visita, procurei seguir os critérios de Livingston. Estar concentrada na medição e na observação da casa e não na conversa com os clientes é fundamental para uma coleta sistemática de informações. Após a medição, a família confirmou os desejos e problemas relatados na Entrevista e reforçaram seu apeço pela casa. O tamanho dos ambientes me surpreendeu bastante, pois os que foram classificados como pequenos são, para mim, grandes. A casa ocupa mais de duzentos metros quadrados, quase o terreno todo. Há pouquíssima área verde e alguns ambientes são mais escuros e mais abafados do que imaginei. Os móveis são de excelente qualidade e bonitos.

A realização dos dois primeiros passos do *Método* com a família de Laura foi no mínimo curiosa, principalmente por minha causa. Durante todo o tempo em que eu os ouvia e os observava, me perguntava como nós arquitetos nunca havíamos abordado os clientes daquela maneira antes. Em pouco tempo, Livingston me convenceu e me pareceram essenciais atos tão simples, como o observar e o ouvir.

O próximo passo seria a Elaboração de *Variantes*. Foi impressionante como saí do encontro com tudo na cabeça. Havíamos tocado em tantos assuntos e investigado tantos pormenores sobre o funcionamento da casa, que as



Após mais de um ano, a obra de Laura e Ulisses permanece inconclusa. Como é o próprio Ulisses quem executa boa parte das modificações, o ritmo da obra é lento. Ulisses continua sem pressa, mas Laura já não suporta mais tanto pó.



FIGURA 11 – Interior da casa, obra já iniciada.  
Fonte: arquivo pessoal da autora, 2010.

## Anexo 02 – Passo a passo da Metodologia Elos.



Fonte: [http://institutoelos.org/wp-content/uploads/2015/04/jogooasis\\_gvt.jpg](http://institutoelos.org/wp-content/uploads/2015/04/jogooasis_gvt.jpg)

## Anexo 03 - Poema de Evânia Pimenta, participante da Vivência Oasis Campestrinho, em Divinolândia, SP.

*Eu queria falar algo  
Uma palavra de agradecimento  
Mas seria impossível expressar em palavras  
Tudo que esta aqui dentro.*

*Queria de alguma forma  
Falar tudo que estou sentido  
Não consigo por palavras  
Vou tentar expressar por escrito.*

*Com os olhos cheios de lágrimas  
E muita alegria no coração  
Que eu recito esse poema  
Muito simples mais cheio de emoção.*

*Quando todos se juntam  
Em prol de algo em comum  
Não há crença, raça ou cor  
Todos se tornam um.  
Tudo começou na terça-feira  
Com algumas pessoas se agrupando  
Vieram de varias cidades  
Aos poucos o povo ia chegando.*

*Contemplar o belo  
Foi a lição do primeiro dia  
Trouxeram tanta beleza  
Que eu nem sabia que existia.*

*Muitos momentos de alegria  
Afeto de coração para coração  
Também tivemos as lágrimas  
Frutos de momentos de emoção.*

*Em um momento aberto  
Para toda população  
Criou então um projeto  
Para ser realizado com muita união.*

*Nascia uma área de lazer  
Em dois dias de mutirão  
Com muitas pessoas que chegaram  
Unidos em um só coração.*

*No parque as crianças brincam  
Sentadas as mães assistem  
Nas mesas os idosos jogam  
Alegrando a todos que aqui residem.*

*Enfim quero agradecer  
A todos que vieram de outras cidades  
Ajudaram a transformar  
Um sonho em realidade.  
Para nós que somos daqui  
Vou deixar uma reflexão  
Não há crise, nem partido  
Capaz de romper esta união.*

*Somos um povo que ama  
E acredita no que faz  
Vamos romper as diferenças  
Deixar tudo para traz.*

*Hoje com esse projeto  
Começamos o nosso legado  
Assumindo nosso papel  
Somos um povo abençoado.*

*Calma, já é a ultima estrofe  
Estou finalizando  
Só queria dizer para meu povo  
Vamos continuar sonhando.  
Obrigada a todos!*